

UFF

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Emanuelle de Aguiar Pacheco Alves

TRABALHO: ENTRE FIOS E LIGAÇÕES

Niterói

2013

Emanuelle de Aguiar Pacheco Alves

TRABALHO: ENTRE FIOS E LIGAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Claudia Osorio da Silva

Niterói

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A474 Alves, Emanuelle de Aguiar Pacheco.

Trabalho: entre fios e ligações / Emanuelle de Aguiar Pacheco
Alves. – 2013.
125 f.

Orientador: Claudia Osorio da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2013.
Bibliografia: f. 116-125.

1. Psicologia do trabalho. I. Silva, Claudia Osório da.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

CDD 158.7

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Claudia Osorio da Silva - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Leny Sato
Universidade de São Paulo

Professor Doutor Hélder Pordeus Muniz
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Protetor desta vida que mesmo cansada, faminta, apela por felicidade.

À minha mãe, plena de carinho e amor, que por vezes chorou calada pelos incidentes desta vida, mas nunca me deixou sem luz. Ela é minha luz, aquela carregada de esperança e sentido de viver. À minha avó, por sua serenidade, por sua paciência, pelo seu amor. Ao meu irmão, pelo carinho mesmo que desajeitado, pelos olhares desconfiados e pelo amor incondicional.

Ao Moisés, companheiro de muitos anos, insaciável por seu amor à vida, que também por vezes deixou seus planos para depois, por mim. Eu te amo, assim, do jeito que você é.

À minha querida avó Maria de Lourdes e meu pai, que ficariam muito felizes com mais esta conquista, obrigada pela soberania e simplicidade, deixaram saudade.

Agradeço à minha querida orientadora, Claudia Osorio, que me acompanha desde a graduação. Por sua paciência, experiência, pela leitura atenta. Por acolher meu silêncio e me fazer pensar, honrando uma Universidade pública e de qualidade.

À professora Ana Paula Lopes, com sua grandeza em leitura e análise dos textos, por sua força em fazer do cotidiano universitário um belo caminho.

À minha família, muitos tão longe, mas que indiretamente fizeram apostas, meus sinceros agradecimentos. Às tias e primas queridas de Uruguaiana.

Aos familiares de perto, meu tio, orgulhoso por meu trabalho e pelo meu estudo. Ao meu primo Rodrigo e sua nova família, obrigada pela torcida.

Tia Helena, Tia Rose e Tio Oscar, obrigada pelo encorajamento. Aos primos Juliana, Claudia, Claudio, Raul, Ericson, Carla Fernandes, Leonardo Fernandes, obrigada pelo percurso motivador. Não negamos o sangue.

À Nádia Mendonça Perez, por seu jeitinho meigo e simples, sorriso calado, que se faz presente em minha vida. Flor no jardim.

Aos meus sogros, que mesmo indiretamente, apostaram onde nem eu mesma sabia que poderia dar certo.

Às amigas que a vida me deu, bem assim, quase irmãs, Raquel Damasceno e Alessandra Louback, sorriso largo no rosto, mesmo a vida apertando miudinho o coração, o que seria de mim sem nossas conversas “Foucaultianas”?

Ao amigo Eversong Barros, que me acompanha desde muito cedo, e teve a oportunidade de experimentar a vida através dos meus olhos, crescendo, caindo, evoluindo, caindo de novo, crescendo. Não podia deixar passar meus sinceros agradecimentos pelas conversas, risos, revoluções.

Aos amigos Thiago e Fernanda Valadares, pérolas que Deus criou em minha vida, e os fez parte dela, da minha casa, das minhas coisas, da minha alma. Obrigada.

Agradeço a Luis Antonio Baptista, que apesar de não saber, me fez andar escrevendo, observar escrevendo, escrevendo e vivendo, a cidade, os “nós”, o outro.

Agradeço ao meu grupo de amigas que a UFF me presenteou, sempre disponíveis, mesmo que online, para risadas e saudades: Alessandra Speranza Lacaz, Raquel Andrade Barros, Renata Dias, Mohana Tavares, Lorena Poll, Ana Carolina Lopes, Michele Mariana Santos, Vivian da Rocha Pires, Maria Carolina Moraes, Tatiana Campos.

Paloma Amaral, Eline Assis, Bianca Lemos, Diana Castro, Laís Brazil, Tatyane Uchikawa, Camila Vianna, Monique Coutinho, Roberta Halegua, Tatiana Perrota, João Paulo (meu gordinho pra todas as horas), Suelen Cabreira, aqueles que fizeram o trabalho um pouco menos cansativo e mais grandioso, sempre.

Agradeço imensamente minha turma do mestrado, que sorte que eu tive: Janaína Marins, Marta Jogaib, Elton Ribeiro, Fernando Magliano, Diogo Teixeira, Magda Monteiro, Claudete Sousa, Luiza Teles, Veridiana Gatto, Leonardo, Rogéria, Maria Geni, Paulo Armando, Felipe.

Aos amigos da graduação sempre presentes, mesmo em distância, mas na memória e na revolução que faço, diariamente, em mim: Diana Malito, Maria Clara Fernandes, Maycon Torres, Thiago Cerqueira, Laura Marília, Angela Coelho, Cristiane Gonzalez.

Ao NUTRAS, grupo de estudo que me acolheu: Karla Memória, Alice Souto, Mariana Silva Ribeiro, Lia Raposo, Ana Carla Armaroli, Luciana Albuquerque, Camila Andrade, Noeli Godoy, Marianna Araújo.

Aos meus alunos (se assim posso dizer), que me proporcionaram vivenciar uma ética de ensino e formação que jamais sabia existir. Por eles, e por uma Psicologia do Trabalho que force a diferença, a saúde, em todos os âmbitos da vida, é pra isso que estudo, pesquisa, trabalho.

Às amigas Telma Farias, Alessandra Martins e Thalita Castro, amizade igual a essa nunca se viu, é melhor que chocolate.

Cristiane Salles e Priscila Bastos, amigas de risos, choros, cafés e ônibus.
Obrigada por fazer da minha vida um pouquinho melhor.

À Berilla, cachorro-gente que alegra minha vida, com sua simplicidade de existir, e só.

Agradeço a CAPES pela bolsa que permitiu a pesquisa.

À UFF, instituição que está em mim, mesmo que eu não sinta, obrigada pelos momentos de alegria, de tablado, de café, livros, pôr-do-sol. Outra UFF se mostrou neste mestrado, grandiosa mas simples.

RESUMO

Essa dissertação, ao enfatizar o ponto de vista da atividade em trabalhadores eletricitas, tem como objetivo pensar como um modelo de Oficina de Fotos pode ser um modo de intervenção e ampliação do poder de agir. Defende a ideia de olhar os coletivos de trabalho com a ótica de desenvolvimento proposta por Vigotsky retomada pela Clínica da Atividade proposta por Yves Clot. O contexto estudado é de terceirização, onde a precarização das relações de trabalho é um agravante. Devido a isso, torna-se imprescindível estudar a organização do trabalho e o enriquecimento de seu coletivo profissional. Nesse estudo, focarei minha abordagem no método proposto, chamado Oficina de Fotos e na análise da atividade de trabalho dos trabalhadores que exercem o ofício de eletricitas em uma empresa terceirizada de energia no município de Maricá. A Oficina de Fotos foi escolhida como dispositivo de pesquisa e intervenção a fim de utilizar as imagens como disparador da análise do trabalho, fazendo emergir uma realidade coletiva, presente em todas as atividades de trabalho. A análise da atividade realizada funcionou como uma possibilidade de intervenção clínica que se constitui como uma aposta para a produção de outras práticas em Psicologia do Trabalho.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho, Clínica da Atividade, Oficina de Fotos.

ABSTRACT

This dissertation, to emphasize the point of view of the activity in workers electricians, aims to reflect how a model workshop photos can be a way of intervention and expansion of the power to act. It supports the idea of looking at collective bargaining with the optics of development proposed by Vygotsky resumed by Clinical Activity propounded by Yves Clot. The study context brings into focus the outsourcing, where the precarious conditions of labor relations are an aggravating factor. Because of this, it is essential to study the organization of work and the enrichment of their professional group. In this study, I will focus my approach in the proposed method, called Workshop Photos, and in the analysis of the activity of workers who exercise the office of electricians for an outsourced energy company in the municipality of Maricá. The workshop photo was chosen as device research and intervention in order to use the images as a trigger to job analysis, making the emergence of a collective reality, present in all work activities. The analysis of the activity performed served as a possibility of clinical intervention, which constitutes as an alternative to the production of other practices in Occupational Psychology.

Keywords: Work Psychology, Clinical Activity, Workshop Photos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – ELETRICIDADE: ENTRE LAÇOS, FIOS E VIDA	16
1.1 A urbe iluminada	16
1.2 Eletricidade: um pouco mais de história	25
1.3 Terceirização do setor elétrico	30
1.4 Conceituando o ofício: os laços	44
1.5 O meu trabalho: os fios	50
CAPÍTULO II – DUAS FITAS DE PASSAGEM	53
2.1 A Clínica da Atividade	53
2.2 O desenvolvimento <i>na</i> atividade	65
CAPÍTULO III – OFICINA DE FOTOS: A LÂMPADA DE PROVA	74
3.1 A Oficina de Fotos como método de análise da atividade de trabalho	74
3.2 Quando os outros olham outros de si mesmos	79
3.3 Apresentação da pesquisa	83
3.4 Discutindo expectativas	86
3.5 Produzindo mais diálogos	87
3.6 Experimentando a fotografia	92
3.7 Divisão das fotos e dos dias da análise	92
3.8 Seleção das fotos do 1º grupo	93
3.9 Seleção das fotos do 2º grupo	100
3.10 Mais seleções	106
3.11 Análise das fotos escolhidas por todas as equipes	109

3.12 Elaboração e confecção do mural	109
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

Uma herança...

“- Somos irmãos - esclareceu o mais velho - e recebemos como herança esses 35 camelos. Segundo a vontade expressa de meu pai, devo receber metade, o meu irmão Hamed Namir uma terça parte e ao Harim Namir, o mais moço, deve tocar apenas a nona parte. Como fazer a partilha se a metade, a terça parte e a nona parte de 35 não são exatas?”

(Malba Tahan)

Quem não se lembra da história dos 35 camelos, escrita por Malba Tahan em *O Homem que calculava*? Este conto é utilizado na aprendizagem de contas e frações na escola. A história se passa no oriente a caminho de Bagdá e conta a aventura do homem que calculava. Em um dos contos, ele encontra três irmãos discutindo a partilha de uma herança de 35 camelos deixada pelo pai. O problema era que eles não sabiam o que fazer com esta herança, já que não poderia ser distribuída conforme vontade do patriarca. O pai deixou a partilha proposta, onde o irmão mais velho deveria receber a metade, o irmão do meio uma terça parte e o irmão mais moço a nona parte. Os três homens mostraram grande inquietude por não saberem como iriam encaminhar a herança deixada. O homem que calculava, então, fez uma manobra aritmética para dividir os 35 camelos, feita com justiça e equidade. No fim, os três irmãos ficaram satisfeitos com a partilha.

É com esta história que inicio minha dissertação. Hesitei um pouco em iniciar minha escrita com este trecho, mas não poderia haver melhor escolha de como iniciar o meu trabalho. Foi em uma aula inicial do mestrado que surgiu esta história. Enquanto eu falava sobre o início da minha pesquisa e escrita da dissertação, uma professora me fez duas perguntas chave: Que herança deixaram para você? Que legado você quer deixar com esta pesquisa? Após isso, me indicou a leitura dos contos de Malba Tahan, onde

falavam de uma herança que era deixada. Agora, minha grande questão é: de que forma irei fazer dessa herança um legado?

Assim sendo, de algum lugar temos que partir. Essa foi a minha motivação para escrever. Falar de um trabalho que faz sentido. Um trabalho que tem este sentido de alguém que se movimenta, que transita, se desloca em busca de algo. Esta história sintetiza algumas inquietações que foram, inicialmente, incitadoras da minha busca pelo mestrado. Minha primeira experiência em psicologia do trabalho foi como estagiária em uma empresa que terceiriza serviços de energia elétrica para algumas cidades do Estado do Rio de Janeiro. Desde essa época, muitos questionamentos faziam parte do meu cotidiano como estagiária de Recursos Humanos, responsável por triagens e entrevistas com afastados e licenciados por doença, juntamente com a Assistente Social. Durante muito tempo essa foi a minha função: levantar quais trabalhadores estavam afastados, preenchendo uma ficha e encaminhando para a área de Saúde Ocupacional da empresa. Essa foi uma herança deixada e por muito tempo eu não sabia como fazer para dar sentido à ela, nem como organizá-la em meu campo de saber. Me senti muitas vezes atravessada por dúvidas e inquietudes sobre meu trabalho e sua implicação na vida das pessoas com as quais eu tinha mais contato como profissional, os eletricitas. Uma herança que dizia respeito ao poder de agir dos eletricitas e à minha prática profissional, se apoiando em um exercício de implicação do cotidiano deles. Ser sensível ao que eles expressavam me possibilitou indagações sobre o sentido que davam à suas tarefas diárias, sobre o que faziam para a ampliação ou manutenção da saúde.

Venho trabalhando durante algum tempo em um campo denominado “Recursos Humanos”¹ como psicóloga, mais focada em Treinamento e Desenvolvimento. Minha

1 No texto desta dissertação, optei por utilizar a demoninação Recursos Humanos (RH) por entender ser esta a expressão que mais identifica o trabalho aqui apresentado. Atualmente, a

experiência nessa área foi intensa e marcada por uma curiosidade muito grande pelo ofício de eletricitista. As ferramentas utilizadas pela empresa – formação técnica, plano de carreira, treinamentos e cursos, etc – para desenvolver o saber deste grupo de trabalhadores muitas vezes levava à uma mecanização das ações e mutilava a minha própria vontade de sobressair enquanto profissional. É difícil dizer sobre o que aprendi. Vivenciei muitos “nãos” organizacionais, como negação de propostas de intervenção que eu julgava mais potentes, muitas vezes enfrentando indiferença de gerentes, boicotes de técnicos, e tornei-me outra a partir desta experiência. Foi uma trajetória feita de bons Encontros², aqueles que potencializam e nos mudam. A partir destes encontros, foram surgindo algumas questões, relacionadas ao meu trabalho e ao trabalho do outro:

- Que possibilidades de agir os trabalhadores desenvolvem tendo em vista as atuais exigências do mundo do trabalho?
- Nessa gestão que fazem do seu trabalho estão contidas possibilidades no sentido de desenvolver uma gestão coletiva do trabalho?
- O que faz com que esses trabalhadores continuem no mesmo ofício, apesar das adversidades e precariedade que se mostram diariamente?

No desdobramento destas questões, os debates sobre atividade e subjetividade no trabalho sempre me chamaram atenção, e surgiu uma possibilidade de estudar uma nova

expressão “Gestão de Pessoas” está sendo utilizada também, mas trata-se de uma recente mudança no mundo corporativo.

2 Aqui, faço referência ao conceito de Bom Encontro para Espinosa, filósofo moderno do séc. XVII que diz que o Bom encontro é a boa relação entre dois corpos. Mau encontro é onde dois corpos se relacionam, entretanto, um dos corpos procura destruir as relações características do outro. Bons encontros são os que elevam a potência. Quando eu faço um encontro de modo que a relação do corpo que me modifica, que age sobre mim, combina-se com minha própria relação, com a relação característica do meu próprio corpo, o que é que acontece? Eu diria que minha potência de agir é aumentada; ela é aumentada ao menos sob aquela relação. Quando, ao contrário, eu faço um encontro de modo que a relação característica do corpo que me modifica compromete ou destrói uma de minhas relações, ou minha relação característica, eu diria que minha potência de agir é diminuída, ou mesmo destruída. Nós voltamos a encontrar aqui nossos dois afetos - affectus - fundamentais: a tristeza e a alegria.

linha da Psicologia do Trabalho, a Clínica da Atividade. Busco, nesta perspectiva, afirmar uma Psicologia do Trabalho que não está preocupada em revelar verdades sobre os modos de trabalhar, mas em (re) pensar outros modos de existência que ampliem a vida, desenvolvam os ofícios, ampliando o poder de agir dos coletivos de trabalhadores sobre o ambiente de trabalho real e sobre si mesmos.

A metodologia da Clínica da Atividade tem como objetivo trazer o trabalhador para o lugar de co-analista de sua atividade profissional, propiciando a visibilidade de artifícios criados por eles para tornar o trabalho mais prazeroso e eficiente. É uma experiência de reinvenção do próprio trabalho, tornando o trabalhador protagonista daquilo que faz, sendo um “co-gestor” da atividade de trabalho. Segundo Maia (2006), essa co-gestão é uma espécie de imperativo da atividade laboral, do corpo invisível do trabalho, que conclama a subjetivação, a cooperação social e a expressividade, sendo um imperativo de toda a atividade. Decorrente disto, mesmo que não reconhecida pelo trabalhador e ainda que dificultada pela desrealização do trabalho contemporâneo (Clot, 2006), com metas demasiadamente longas e irreais, sob pressão de rapidez de resultados, a co-gestão está sempre presente em toda a atividade laboral. Co-gestor que aparece como trabalhador no momento mesmo em que é responsivo e responsável por uma atividade entendida como trabalho, na qual se espera a produção de algo determinado, tenha ele ou não necessidade desse produto.

Dentro desta metodologia, o dispositivo de análise que foi escolhido vem sendo denominado de Oficina de Fotos, que utiliza a imagem como um provocador de diálogos sobre a atividade laboral, utilizando a experiência como fonte de novas experiências (Osorio, 2010).

Referenciando Clot (2006), a atividade é muito mais do que a realização da tarefa, pois mobiliza plenamente aquele que trabalha em seus aspectos cognitivos, físicos e sociais, apresentando-lhe um desafio interessante.

Deste modo, em uma iniciativa de ensaio, de experimentação, esta pesquisa tenta seguir não no sentido de colocar os trabalhadores em posição de vítimas do capitalismo, e sim no sentido de colocá-los como protagonistas da própria vida, reinventando o sentido que dão para cada atividade de trabalho. Essa dissertação pretende percorrer brevemente a história de um ofício, posicionando-o em um contexto (de privatização, precarização e terceirização), a fim de selecionar os melhores diálogos,

as melhores saídas, ultrapassando um olhar fatídico do capitalismo que tudo captura e nada deixa criar. Esse intuito pode ser afirmado de outro modo ao indicar que se trata do desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos em situação de trabalho. A pesquisa procura, entretanto, assumir o objetivo de renovar o sentido do trabalho, através da atividade analisada, no método proposto. O que se pretende é pensar as relações de trabalho/saúde, não tendo como foco um trabalhador-paciente, mas um trabalhador movido por um poder de agir sobre seu trabalho.

Nesta pesquisa, procuro, a partir da análise das atividades de trabalho, seguir uma direção que pudesse contribuir para que os trabalhadores, como protagonistas desse processo, pudessem criar novos modos de fazer, de inventar formas de enfrentar as situações no trabalho, por meio da ampliação de seu poder de agir, expandindo a vida.

Dessas questões nasce esta dissertação. Ela está dividida em três capítulos, cada um tecendo uma outra forma de olhar um ofício, uma atividade, um trabalhador.

No primeiro capítulo, “Eletricidade: entrelaços, fios e vida”, pretendemos trazer alguns elementos que traçam a história do ofício de eletricitista, contextualizando a profissão em um mundo contemporâneo e globalizado, onde as relações de trabalho são muito diversas. Para tanto, colocamos em análise os laços, os fios que tecem a atividade e a vida dos trabalhadores em questão.

Depois de traçada a história e as particularidades do ofício, trazemos, no segundo capítulo, a concepção teórica em que a pesquisa foi baseada. Decidi por chamar esta parte de “Duas fitas de passagem”, onde são tecidas as bases teóricas que sustentam o meu estudo. De um lado, a Clínica da Atividade, proposta por Yves Clot, e de outro, o conceito de desenvolvimento, proposto por Vygotski.

No terceiro capítulo, intitulado “Oficina de fotos: a lâmpada de prova”, relatamos a experiência com este método, utilizando a imagem como provocação de diálogos sobre a atividade laboral.

Na conclusão do trabalho, trataremos alguns desdobramentos do método utilizado e faremos algumas análises produzidas através dos encontros com os trabalhadores, dando ênfase aos principais desafios da Psicologia do Trabalho.

CAPÍTULO I

ELETRICIDADE: ENTRELAÇOS, FIOS E VIDA

1.1 A urbe iluminada

“Á noite, que diferença dos tempos de hoje! A escuridão impunha seu domínio. Uma residência ridícula se formava em cada linguinha de fogo de querosene, onde um halo anêmico de luz arriscava seu protesto contra a falta de claridade.”

(Raul Duarte, 1903)

No Rio de Janeiro oitocentista, a iluminação pública era realizada através de lampiões a combustível.

A virada do século XIX para o XX vivenciou profundas transformações em torno da economia internacional e contínuos avanços tecnológicos que definiam uma nova lógica de funcionamento da civilização ocidental: a sociedade urbano-industrial (Cabral, 2003).

A vinculação do Brasil ao mercado mundial em rápida formação realizou-se na condição de país periférico exportador de bens primários. Desde princípios do século XIX até pelo menos o final da década de 1970, o café sempre esteve entre os primeiros itens da pauta de exportações da economia brasileira.

O café foi introduzido no país por iniciativa de Francisco de Melo Palheta, que em 1727 trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Entretanto, foi no Vale do Rio Paraíba, atravessando grande parte do Rio de Janeiro e outra menor de São Paulo,

que se reuniram as condições climáticas e de solo ideais para a sua difusão comercial. Além disso, a proximidade com o porto do Rio de Janeiro contribuiu muito para o sucesso da lavoura do café, já que a produção deste artigo de sobremesa dependia fortemente do mercado externo para se sustentar. Sempre em constante expansão, a economia cafeeira do Vale do Paraíba atingiu seu auge na metade do século XIX, fase que marca igualmente a liberação de capitais do fim dos custos com o tráfico transatlântico de escravos, que estimulou uma grande atividade de negócios e de especulação (Cabral, 2003).

Tais eventos provocaram não só alterações na economia como criaram a necessidade de uma completa remodelação material do Brasil. Em função da lavoura do café, assistiu-se à implantação de diversos serviços de infra-estrutura e transportes essenciais para garantir a firme integração do país nos fluxos do comércio internacional.

Delineavam-se as primeiras tentativas de urbanização do país impulsionadas pela agricultura de exportação, e fomentadas pelos investimentos e empréstimos estrangeiros, na sua maioria britânicos, que logo se concentraram na construção de estradas de ferro e no aparelhamento dos portos para o escoamento do café.

Em segundo lugar, mas não em um plano secundário, essa incipiente evidência de modernização contemplou os serviços de utilidade pública, ou seja, os sistemas de transportes urbanos, de iluminação, de águas e de esgotos, etc.

Nos primeiros anos do século XX a capital Rio de Janeiro passaria por modernização empreendida pelo então prefeito Francisco Pereira Passos. A Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, receberia a iluminação pública elétrica. A energia elétrica era gerada em uma pequena central térmica, localizada na Rua da Alfândega. No entanto, a incerteza com relação à possibilidade de falha da nova

tecnologia levou à adoção de um sistema misto, ou seja, lampiões a gás e luminárias com lâmpadas elétricas a arco voltaico, utilizados lado a lado (Silva, 2006).

Pereira Passos, seguindo Haussmann na França, acreditava ser necessário mudar a cidade para que se pudesse viver melhor.

Pereira Passos, nomeado prefeito e Oswaldo Cruz, nomeado diretor do Serviço de Saúde Pública, iniciaram rapidamente as obras de embelezamento da cidade. As obras do porto foram contratadas em 1903 com uma firma inglesa e tiveram início em março de 1904, compreendendo em sua primeira parte o trecho de 600 metros que ia do Mangue até o trapiche da Gamboa. Cerca de dois mil trabalhadores foram contratados para o trabalho. As obras complementares da Avenida Central, da avenida do Cais (Rodrigues Alves) e do canal do Mangue ficaram a cargo do próprio governo federal, sob a direção de uma comissão construtora cujo engenheiro-chefe era Paulo de Frontin. As desapropriações para a construção da nova avenida começaram em dezembro de 1903, as demolições em fevereiro de 1904, quando também foram iniciadas as obras do canal do Mangue. Paralelamente, a prefeitura se encarregava das obras de alargamento de algumas ruas do centro (Carvalho, 1987, p.93).

Além disso, Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica, réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiam no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas, mandou recolher a asilos os medigos, proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas. Muitas dessas posturas eram simples reedições de medidas anteriores que, ao bom estilo brasileiro, não tinham pegado. Não se sabe ao certo quantas das novas pegaram. Mas, desta vez, a

população já se dera conta de que pelo menos o esforço de aplicação da lei seria muito maior (Carvalho, 1987, p.95).

O espaço central da cidade do Rio de Janeiro às vésperas da reforma urbana era marcado por aspectos ainda coloniais, e essa estrutura urbana não podia conviver com o rápido crescimento da economia do Rio de Janeiro. Havia ainda, uma necessidade de criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância da cidade para o país (Hansen, 2012).

Domesticada politicamente, reduzido seu peso político pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, à cidade pôde ser dado o papel de cartão-postal da República. Entrou-se de cheio no espírito francês da *belle époque*, que teve seu auge na primeira década do século. O entusiasmo pelas coisas americanas limitara-se às fórmulas políticas. O brilho republicano expressou-se em fórmulas européias, especialmente parisienses. Mais que nunca, o mundo literário voltou-se para Paris, os poetas sonhavam viver em Paris e, sobretudo, morrer em Paris. Com poucas exceções, como o mulato Lima Barreto e o cabloco Euclides da Cunha, os literatos se dedicaram a produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas estéticas voltadas para a Europa (Carvalho, 1987, p.39).

Quando as finanças da República foram recuperadas pela política deflacionista de Campos Sales, sobraram recursos para as obras há muito planejadas de saneamento e embelezamento da cidade. Tudo foi feito com a eficiência e rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático inaugurado pela República. O engenheiro-prefeito pediu a suspensão do funcionamento da Câmara dos Vereadores por seis meses para poder agir livremente e decretar a legislação necessária para o rápido encaminhamento das reformas. Um médico sanitário foi encarregado das medidas de higiene pública. Tendo Paris como modelo, o centro da cidade foi depressa modificado, a avenida Beira-Mar

foi aberta, jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica, sem esquecer a construção do novo porto. Ao visitar a cidade pouco depois, uma poetisa francesa, entusiasmada, escreveria um livro de poemas com o título *La Ville Merveilleuse*. Vindo de uma francesa, era a glória, e compensava o epíteto depreciativo de rastaqueras que em Paris era dado aos brasileiros (Carvalho, 1987, p.40).

“O Rio civiliza-se”, foi o slogan da época criado pelo colunista da Gazeta de Notícias, Figueiredo Pimentel para comemorar as profundas mudanças pelas quais a capital federal estava passando durante o governo de Rodrigues Alves perpetradas pela reforma da cidade (Silva, 2008).

Rodrigues Alves assumiu o governo vendo seu antecessor sair do Rio sob imensa vaia popular que ecoava ao longo das estações suburbanas da Central. O governo de Campos Sales tinha sido recessão econômica produzida por uma política de combate à inflação que se caracterizava pela redução do meio circulante, pela contenção drástica dos gastos do governo e pelo aumento de impostos, especialmente através da tarifa-ouro sobre os produtos de importação. O ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, um darwinista social, conseguiu no final elevar o câmbio e produzir superávits orçamentários. Porém, fizera-o à custa da insatisfação geral que ia dos cafeicultores aos operários, passando pelos banqueiros e industriais (Carvalho, 1987, p.92).

Segundo Carvalho (1987) e Silva (2009), após a inauguração da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e a Revolta da Vacina, o governo pôde mostrar ao mundo um Rio de Janeiro urbanizado, limpo e organizado como os grandes centros europeus. Tendo redimido seu passado, eliminando de sua vista os indesejáveis membros marginais da sociedade, a elite brasileira pôde finalmente sonhar com um futuro promissor onde os males da sociedade seriam extintos da mesma forma que haviam sido os pobres, os cortiços e os ratos da antiga cidade. Pela primeira vez na história do

Brasil, portanto, a ciência e o progresso exerceram um impacto profundo e permanente na vida individual e social tanto dos ricos quanto dos pobres. Como atesta El Far:

Para esse cidadão urbano, sensacional era ver ou ler sobre a chegada do bonde elétrico, do telégrafo, do telefone, dos raios X, dos primeiros automóveis, do aeroplano, das fantásticas mercadorias anunciadas nos jornais, das largas avenidas, das falas acaloradas de uma nação civilizada, mas também dos efeitos inversos e não calculados que, inevitavelmente, vinham a reboque. O contexto urbano, com toda a sua complexidade e dinâmica, tornava-se palco propício dos acontecimentos dignos de “sensação”, por trazer à tona novas referências, padrões, mecanismos e, com eles, seus efeitos contrários, perversos e imprevisíveis (2004, p.120).

A cidade do Rio estava determinada a abandonar o estilo de vida colonial que ainda marcava o seu cotidiano a favor de uma metrópole nova, moderna, européia, voltada para o novo século e moldada pela égide da ciência e do progresso.

A indústria de energia elétrica no Rio de Janeiro surgiu no final do século XIX, especificamente, em 1879, com a iluminação interna da estação central da ferrovia D. Pedro II, atualmente Central do Brasil, na época do Brasil imperial. “As experiências pioneiras no Brasil voltaram-se para a iluminação e o transporte público...” (Gomes et al., 2002, p.1). As primeiras iniciativas de geração de energia elétrica tinham como características o caráter privado e local³, e eram promovidas por agentes vinculados às

³ “... especialmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais... No Nordeste e no Norte as iniciativas se limitaram às capitais, sendo que em Manaus, Belém e Recife as respectivas

atividades agrícolas, industriais, comerciais ou financeiras, que se beneficiaram com a introdução da energia elétrica, aumentando a produtividade desses serviços (Leite, 2007). O crescimento do uso da energia elétrica era proporcional às possibilidades de expansão da urbanização e industrialização no território brasileiro.

Por isso, no Brasil, e principalmente do Rio de Janeiro, as primeiras aplicações de energia elétrica deram-se, assim como na Europa e nos Estados Unidos, exatamente no momento em que ocorria um avanço da urbanização, com o conseqüente aumento da demanda por serviços públicos, e o incremento das atividades de transformação, observados especialmente no Sudeste, e que ofereciam perspectivas animadoras para investimentos no campo de energia elétrica.

Em 1887 foi fundada a Companhia de Força e Luz na cidade, que alimentava eletricamente os bondes e a iluminação das ruas, sem risco de incêndios, e que depois foi transformada na The Rio de Janeiro Tramway, atual Light⁴ (Cabral, 2003).

Foram assim implantadas as redes de iluminação pública alimentadas por energia elétrica.

Assim, a exploração da energia elétrica no Rio de Janeiro data do início do século XX, quando foram fundadas as primeiras companhias geradoras e distribuidoras, em sua maioria estrangeiras. Muitas dessas empresas celebravam contratos de concessão diretamente com os municípios (Codi, 1984).

O início da construção da indústria de energia elétrica foi marcado, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, como a base da regulação do setor. A organização industrial era caracterizada pela existência de monopólios locais com a falta de um sistema de transmissão mais eficiente capaz de explorar uma das

concessionárias eram companhias inglesas. No Rio Grande do Sul havia também uma companhia inglesa, na cidade de Pelotas, além de uma companhia municipal e outra estadual.” (Leite, 2007, p. 56).

4 A empresa Light era dividida em duas empresas: São Paulo Tramway, Light and Power Company, constituída em 1899 pelo decreto de Campos Sales e a Rio de Janeiro Tramway Light and Power, surgida em 1904, após acordo entre o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, e o governo federal.

principais especificidades desse tipo de indústria. Havia uma falta de regras ou leis que regulamentassem o setor, apesar dos esforços do governo federal brasileiro. As empresas estrangeiras, principalmente Light e Amforp, detinham grande poder de mercado e, com isso, prestavam serviços de má qualidade e cobravam tarifas elevadas (Malaguti, 2009).

Em 1903, Paulo de Frontin foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para chefiar a Comissão Construtora da Avenida Central, subordinada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Segundo Turazzi (1989), tratava-se não apenas de uma obra de engenharia, como também de um dos maiores e mais importantes projetos do governo republicano em sua estratégia de “sanear” e “embeleazar” a capital federal como elemento primordial para o reerguimento da vida econômica do país.

Integrando as primeiras gerações de urbanistas que atuaram nas cidades brasileiras, Frontin estaria à frente de um empreendimento que pode ser considerado como a primeira intervenção maciça do Estado na reorganização do espaço urbano e em suas estruturas econômicas e sociais. A construção da Avenida Central, nos primeiros anos do século XX, representava um profundo corte no centro histórico do Rio de Janeiro e a introdução de um novo modelo urbanístico que, não apenas se impôs sobre o antigo traçado colonial da capital federal, como serviu de modelo para muitas outras cidades brasileiras.

A Light viria a construir a Usina Hidrelétrica de Fontes, no ribeirão das Lajes, com uma potência instalada de 24 MW, a primeira hidrelétrica do Rio de Janeiro e uma das maiores do mundo na época. Em 1911, a concessionária canadense já havia instalado 3.522 lâmpadas elétricas e a iluminação pública atingia 150 km de ruas na cidade.

Em 1933 o Rio recebeu o título de “cidade-luz sul- americana”, sendo reconhecida como uma das mais bem iluminadas cidades do mundo e comparável, inclusive, com Paris. No mesmo ano, todo o sistema de iluminação da cidade já era elétrico, substituindo a iluminação à gás pela energia elétrica (Silva, 2006, p.19).

Com o colapso do liberalismo econômico e a importância da energia elétrica na vida dos agentes econômicos como bem essencial, o Estado passa a ser o principal agente econômico no desenvolvimento econômico (*welfare state*), inclusive, no setor elétrico.

De acordo com o estudo de Silva (2006), em 1959, o Rio de Janeiro era a cidade com a melhor iluminação do Brasil. O fornecimento de energia elétrica ampliava-se incessantemente. Nas residências, o conforto estava associado ao consumo de energia elétrica, pelos aparelhos domésticos que surgiam.

No período entre 1963 e 1980, o setor elétrico sofreu um processo de nacionalização e estatização, garantindo grandes investimentos do governo. Naquele momento, o modelo de intervenção estatal, no setor elétrico brasileiro, se consolidava, com o processo de industrialização do país, começando a exigir investimentos, estabelecendo condições para que o capital internacional viesse a se implantar em solo brasileiro.

Exigia-se mais qualidade e maior confiabilidade do sistema, que então era muito precário. Para que o sistema viesse a se integrar e atender à demanda crescente, o Estado precisou ingressar e investir pesada e continuamente. No início, tudo era importado: tecnologia, mão de obra, equipamentos.

A partir deste panorama histórico, passamos a descrever, de modo conciso, a forma e o processo em que se deu a implantação da indústria de energia elétrica no Rio

de Janeiro, que, de certa forma, está bastante ligado ao desenvolvimento desse setor no País.

1.2 Eletricidade: um pouco mais de história

A concretização dos objetivos propostos nesta dissertação exige um breve levantamento bibliográfico e documental acerca do objeto de estudo abordado, e as possíveis implicações desse processo sobre as condições de vida e de trabalho dos eletricitistas.

Durante a pesquisa, foi sentida uma dificuldade de encontrar uma bibliografia acadêmica que retrate a história e evolução da profissão de eletricitista. Além do levantamento bibliográfico da profissão, buscou-se também levantar e revisar documentos, principalmente em termos de sua formação e história, que estão guardados por uma infinidade de notas, textos, jornais, enfim, um acervo de quase 4 décadas acerca da profissão. Os documentos levantados foram, na sua maioria, cedidos pelo STIEEN (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica em Niterói).

O setor elétrico, enquanto um setor estratégico para a economia nacional, passou por transformações, tendo sua organização e gerenciamento reestruturados. Neste sentido, passamos, em seguida, a fazer uma contextualização do processo de instauração e desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, para podermos, a partir destas informações, construirmos o cenário das atuais reestruturações por que passa este setor.

A indústria de energia elétrica, da origem ao consumidor, encontra-se dividida em três fases: a geração, a transmissão e a distribuição. O grande foco do meu levantamento bibliográfico para estudar os eletricitistas, foi o segmento de distribuição, já que por dispor de margens consideráveis de comercialização, é o maior responsável pela

alteração da configuração patrimonial da indústria elétrica brasileira, passando a assumir caráter eminentemente privado, e por fim, terceirizado.

A geração se dá com a transformação das quedas d'água em energia elétrica. Neste momento, o trabalho é realizado nos centros de operações e nas instalações das hidroelétricas. O momento da transmissão se dá com o transporte dessa energia gerada nas hidroelétricas até os Centros de Distribuição. Até aqui, a energia ainda se encontra em sua forma bruta não sendo ainda distribuída aos consumidores finais, o que se dá somente no terceiro momento. O terceiro momento é chamado de distribuição de energia, onde a energia gerada nas hidroelétricas é distribuída em forma de linhas de alta, média e baixa tensão, através de transformadores e postes elétricos. Nessa atividade, onde se concentra o processo final do fornecimento de energia elétrica ao consumidor, que pretendemos ater nossos esforços de análise do trabalho dos eletricitas, que tem como função principal a manutenção e criação da rede elétrica convencional.

A energia elétrica é uma fonte de natureza não-estocável e que está sujeita a uma obrigação legal de fornecimento, atendendo à universalidade do atendimento, segundo princípios da cidadania e justiça social (Rosa & Tolmasquim, 1996).

Com investimentos do governo entre início e meados do século XX, passamos de um sistema ineficiente, de índices e estatísticas bastante deficitárias, se comparado com outros países, para um sistema elétrico considerado como um dos melhores do mundo, com passos substanciais a partir de 1960. Isso, graças a uma série de vantagens naturais que o País dispõe, por apresentar uma diversidade climática e geográfica. Por ser um país tropical, contamos com um imenso parque hidrográfico, onde a grande quantidade de rios e corredeiras facilitam e tornam menos oneroso o custo da produção de energia elétrica, sendo ainda menos prejudicial ao ambiente (Carvalho, 1998).

O sistema elétrico no país foi sendo consolidado a partir da década de 60, quando a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) foi comprada pelo governo federal e, posteriormente, transferida para a administração estadual.

O grande investimento estatal para a expansão do sistema contou também com a criação da Eletrobrás, que até hoje centraliza as decisões do setor elétrico nacional, onde as concessionárias de energia elétrica estaduais integram este sistema.

Em 1980, a CBEE recebeu o nome de Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – CERJ – permanecendo sob o controle estadual. A privatização das empresas do setor elétrico viria a ocorrer na década de 90, com a sanção da Lei 8031/1990, que criou o programa nacional de desestatização – PND. Nesta época, deu-se o movimento de transferência do setor elétrico brasileiro comandado pelo Estado para as mãos da iniciativa privada. Uma série de empresas públicas em todas as regiões do país foi privatizada, culminando na desverticalização do setor:

O objetivo dessa reestruturação era a busca de capitais privados, notadamente os estrangeiros, para financiamento de sua expansão [...] Com a desverticalização do setor, as empresas tiveram que praticar novas modalidades de contratação de energia elétrica. Os tradicionais contratos de suprimento, junto às empresas geradoras e de transporte, foram substituídos por contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso dos sistemas de transmissão e contratos de concessão. (Moritz, 2001, p.72 e 75).

Em 1995, foi editada a Lei das Concessões, que estabeleceu diversos critérios para a concessão de serviços públicos, inclusive de energia elétrica, que, a partir dessa data, deverão ser concedidos por meio de licitação.

Nessa época, no estado do Rio de Janeiro, as duas empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica eram a LIGHT e a CERJ. A CERJ tinha uma reduzida capacidade de geração de energia, sendo FURNAS seu maior fornecedor. A CERJ atuava na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como na Região dos Lagos, na Região Serrana e em algumas cidades do interior do Estado em que predominam atividades rurais. Nessa distribuição, a CERJ contava com a desvantagem de atender áreas de consumo sazonal, rurais, e áreas de pouca densidade demográfica, com poucos pólos industriais e a Light atendia áreas mais populosas e centrais, como ainda verificamos hoje (Carvalho, 1998).

A primeira empresa de distribuição de energia elétrica no Rio a ser privatizada foi a Light, em meados de 1996, mas durante o processo de privatização desta já estava sendo definida a privatização da CERJ.

Em novembro do mesmo ano, a CERJ foi adquirida por um consórcio de empresas de energia elétrica formado por 3 grupos de concessionárias.

Abrindo um parêntese e analisando o setor de energia elétrica no Brasil, o novo mercado de energia elétrica deveria criar condições econômicas capazes de permitir melhorias de eficiência econômica e de gerar um ambiente concorrencial em uma indústria marcada por monopólios ineficientes (Malaguti, 2009).

O campo organizacional do setor elétrico nesta época apresentava um alto grau de privatizações, com aumento significativo do número de envolvidos, resultante da implantação de um novo modelo organizacional, por isso, até hoje, é considerado um modelo híbrido, com a maioria da geração e transmissão majoritariamente estatal e

distribuição realizada por empresas privatizadas. Ao final de 2002, a geração e a transmissão de energia elétrica eram, majoritariamente, de empresas estatais e a distribuição era principalmente privada.

No Estado do Rio de Janeiro, desde então, as concessionárias de distribuição de energia passaram por mudanças em seu controle acionário, assumido atualmente por duas concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Light e a Ampla.

A Ampla, então chamada de antiga CERJ, foi escolhida como consórcio de empresas de energia elétrica formado pelo Grupo Endesa (Espanha), Chilectra e Enersis (Chile) e EDP Brasil (Portugal). Desde então, a Ampla assumiu todas as regiões que eram atendidas pela CERJ.

Atualmente, distribui energia para 66 municípios do estado do Rio de Janeiro, abrangendo 73% do território estadual, com a cobertura de uma área de 31.784 km². A região metropolitana de Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí e Magé somam a maior concentração de clientes da distribuidora. Atualmente, presta serviços a aproximadamente 2,3 milhões de clientes (STIEEN, 1992).

A partir dessa concessão, percebe-se uma intensificação de serviços terceirizados na manutenção e distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro.

Por se tratar de um estudo com trabalhadores eletricitas que executam atividades semelhantes, a sua maioria em empresas que tem como característica o processo de terceirização, apresentaremos a seguir o panorama de terceirização no setor elétrico para contextualizar a pesquisa.

1.3 Terceirização do setor elétrico

“O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de ideias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações recém-formadas tornam-se obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens.”

(Karl Marx, Manifesto Comunista)

As novas oportunidades tecnológicas e o estabelecimento de novas bases concorrenciais, que se dão com a globalização e a possibilidade de instauração de alianças entre o capital de diversos países, conduzem à novos modelos de estruturação e organização do trabalho, entre eles a terceirização.

Com a Revolução Industrial a sociedade moderna se vê às voltas com uma grande modificação no ritmo de sua vida produzido pela tecnologia, passando assim a exigir um alto padrão de qualificação para o trabalho. O mercado de trabalho fica mais competitivo por causa da pouca oferta e muita demanda por emprego gerada pelo sistema capitalista.

Hoje, vivemos uma nova etapa da industrialização, uma profunda transformação nas relações de trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Como aponta Antunes (1995), foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise, atingindo não só sua materialidade, mas também profundas repercussões na subjetividade, afetando a forma de ser do trabalhador.

O mundo do trabalho é o que mais sofre influências dos novos rumos econômico-sociais, uma vez que, na maioria das vezes, é a política econômica que define as diretrizes para as políticas de organização do trabalho. Com o processo de reestruturação dos mercados, é imposta uma redefinição das lógicas que envolvem as relações de trabalho, dentro de uma perspectiva de acumulação capitalista.

A sociedade passou e passa por mudanças significativas. O cenário de mudanças está alicerçado no paradigma da reestruturação e flexibilização produtiva, tendo como princípio norteador o aprimoramento das bases concorrenciais. A questão da globalização é um fenômeno macroeconômico e de repercussão global. Inerente a estas transformações societárias encontra-se a reestruturação produtiva como outra expressão das novas relações de produção que tomam corporeidade no cenário mundial globalizado (Gorender, 1997).

A organização do trabalho passou a priorizar a rapidez e o crescimento produtivo, resultando em maior exigência para os trabalhadores, ritmos mais intensos de trabalho, maiores entregas de produtos e atendimentos, pressão de tempo, todas pressões da organização do trabalho, exercidas de modo concreto, sutil ou agressivo, pela gerência, falta de autonomia e poder de decisão.

Nesse contexto, novos modelos organizacionais são produzidos, uma nova realidade trabalhista começa a ser desenhada, levando em conta o trabalhador multifuncional e flexível. Cada vez mais cresce a importância das atividades de manutenção e serviços, esperando que o trabalhador seja capaz de acumular várias e diferentes tarefas (“polivalência”). Paralelamente a esta tendência se acrescenta outra, dada pela desqualificação de inúmeros setores, levando à uma massa de trabalhadores que oscila entre temporários (que não tem nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados, aos

trabalhadores da economia informal, enfim, a este enorme contingente que chega até a faixa de 60% da população trabalhadora dos países avançados.

Com essa nova organização do trabalho, é intensificada a precarização dos contratos de trabalho, que não seguem mais o modelo do emprego da “sociedade salarial” (Castel, 1998). Ao contrário, caracterizam-se como contratos de curto prazo, sem garantia de continuidade, posições sem cobertura previdenciária, terceirizações de toda ordem, em um incremento do setor terciário (de serviços), em detrimento do setor produtivo. A vida no trabalho está saturada de incertezas, “marcando a instauração do provisório como modo de existência” (Castel, 1998).

Podemos identificar alguns traços cruciais da nova morfologia social do trabalho que surge sob o capitalismo global e que implica o que denominamos de “precarização do homem-que-trabalha”. Eles constituem um processo de conformação do sujeito humano, caracterizado pela *quebra* dos coletivos de trabalho, *captura* da subjetividade do homem-que-trabalha e *redução* do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria (Alves, 2011).

Existe um discurso, que se tornou amplamente presente nas empresas “modernas, ágeis e enxutas”, que cultiva uma excelência idealizada na qual inexistem a noção de limites e necessidades humanas (Seligmann-Silva, 2011). Esse discurso enfatiza a “valorização dos colaboradores”, que devem ser donos da liberdade e da responsabilidade de encontrar meios para atingir as metas fixadas pela empresa. Essa liberdade apregoada contrasta com uma concreta e extremada perda de liberdade — resultante daquilo que pode ser chamado autonomia controlada (Appay, 2005) ou, como talvez corresponda melhor a muitas situações, autonomia aprisionada.

A ideia de progresso é cada vez mais eminente. O progresso não é mais uma medida temporária, uma questão transitória, que leva eventualmente (e logo) a um

estado de perfeição, mas um desafio e uma necessidade perpétua e talvez sem fim, o verdadeiro significado de “permanecer vivo e bem.” O ingrediente crucial da atualidade é a nova mentalidade de “curto prazo”, que substituiu a de “longo prazo” (Bauman, 2001). Flexibilidade é o slogan do dia, assegura o trabalho por contratos, ou sem contratos, ou terceirizados.

Hoje, o trabalhador polivalente precisa aprender a surfar, navegar, nesta fluidez típica dos líquidos que, diferente dos sólidos, “sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos à pressão” (Bauman, 2001, p.7), em uma passagem de uma mentalidade que fazia planos à longo prazo para uma mentalidade de curto prazo, que deve lidar com mudanças freqüentes com rapidez. Essa fluidez também é caracterizada pelos laços sociais do trabalho, que por sua vez se tornam frágeis, levando em conta a incorporação de novas tecnologias, mudando as formas de gestão do trabalho.

Abrindo um parêntese e trazendo o pensamento de Rolnik (2005), o capitalismo globalizado, com sua lógica de expansão e quebra de fronteiras, opera no ponto mesmo da flexibilização, com os fluxos das forças, controlando todos os espaços da existência humana. O novo capitalismo se propõe a estimular este fluxo constante, mas tais ondas passam pelos filtros de semiotização da maquinaria capitalista, ou seja, retiram destas forças todo o seu potencial de resistência, de produção de singularizações, colocando-a à serviço de sua engrenagem:

“Estas mudanças implicam a conquista de uma flexibilidade para adaptar-se ao mercado em sua lógica de pulverização e globalização; uma abertura para o tão propalado novo: novos produtos, novas tecnologias, novos paradigmas, novos hábitos, etc. Mas isto nada tem a ver com flexibilidade para navegar ao vento dos acontecimentos,

transformações das cartografias de forças que esvaziam de sentido as figuras vigentes, lançam as subjetividades no estranho e as forçam a reconfigurar-se. Abertura para o novo não envolve necessariamente abertura para o estranho, nem tolerância ao desassossego que isto mobiliza e menos ainda disposição para criar figuras singulares orientadas pela cartografia destes ventos, tão revoltos na atualidade.”
(Rolnik, 1997, p.2)

Segundo Sato (2003), esse novo cenário do trabalho apresenta-se como um mosaico no qual o velho e o novo se mesclam:

“Como diz Ianni (1992), o Brasil é como se fosse um mapa arqueológico, onde formas materiais e simbólicas de vidas distintas convivem lado a lado oferecendo-nos desde processos manufatureiros até os mais sofisticados baseados na automação; onde a crença de que o trabalhador é indolente e preguiçoso – dizem que porque descendemos de índios – convive com aquela de que agora o trabalhador é responsável e tem condições de planejar seu próprio projeto de atividades e metas, prescindindo de um controlador externo porque o controle simbólico, nos moldes do panóptico de Foucault (1994), é eficaz o suficiente para garantir o conserto das práticas” (Sato, 2003).

Observa-se também o espraiamento de técnicas de gestão adotadas nas organizações hipermodernas, caracterizadas pela transformação no aparelho produtivo, tais como “intelectualização das tarefas, o papel cada vez maior das ciências e das

técnicas em todos os níveis de produção, a maior divisão técnica do trabalho e a interdependência das tarefas, a mudança e renovação constantes. O aparelho produtivo exige trabalhadores instruídos, capazes de compreender os princípios de sua ação e não apenas de cumprir tarefas rotineiras, capazes de iniciativas, não só aceitando mas desejando a mudança, aderindo voluntariamente a seu trabalho e interessando-se por ele, capazes e desejosos de cooperar com os outros, não apenas com os colegas permanentes, como nas antigas oficinas, mas de adaptação rápida a equipes mutantes, e às forças-tarefa provisórias”(Sato, 2003).

O trabalhador da disciplina, da fragmentação, da monotonia e da repetição, cunhado por um modo de produção taylorista-fordista não mais atende às demandas do capital. O capitalismo contemporâneo demanda um trabalhador crítico, questionador, dinâmico, inovador, criativo e inteligente. Uma nova subjetividade é demandada e vem sendo produzida para atender às necessidades do sistema capitalista (Borges,2004).

Como já foi dito, uma das principais transformações deste novo modelo de gestão e organização do trabalho é a terceirização.

No contexto de terceirização no setor de energia elétrica, essas condições propiciam jornadas de trabalho mais extenuantes, frente aos diversos tipos, riscos e cargas à saúde a que estes trabalhadores estão expostos. A falta de materiais e equipamentos faz com que os trabalhadores recorram a reciclagens e adaptações, em um ambiente de trabalho cheio de inseguranças e incertezas (STIEEN, 1992).

Relatórios oficiais produzidos pelo SESMT/STIEEN, bem como outros documentos desta entidade, mostram a falta de condições propícias de trabalho nas empresas de serviço em distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na época de transição CERJ/AMPLA. Muitas irregularidades foram levantadas, das quais serão mencionadas as principais, seja pelo critério de maior

periculosidade, seja pelo critério de repetitividade, ou seja, percebida em mais de uma das instalações da CERJ (SESMT/STIEEN, 1992). São elas:

- Instalações de subestações e centros de distribuição, bem como prédios da parte administrativa da empresa encontravam-se, antes da privatização, em péssimas condições de manutenção, seja na parte estrutural, infiltrações em paredes e tetos, pisos com depressão, falhas e buracos, janelas com iluminação inadequada, seja no mobiliário, com móveis e utensílios velhos e, em muitos dos casos, sem mínimas condições de uso.

- Viaturas sem condições de circulação, carregando equipamentos e pessoal sem isolá-los, aumentando os riscos de acidentes e, em muitos dos casos, circulando com pneus carecas.

- Equipamentos de segurança em quantidade insuficientes ou danificados, não prestando para os fins a que são propostos.

- Equipamentos de manutenção e extensão de rede insuficientes para o atendimento da demanda solicitada.

Sobre o aspecto das condições e possibilidades de se executar uma tarefa, em condições adequadas de segurança, é em função do envelhecimento e deterioração das instalações e equipamentos e das modernizações parciais do sistema que são originados os acidentes e incidentes:

“A noção de modo degradado significa, em geral, um processo de deterioração gradual dos equipamentos e dispositivos técnicos de uma instalação ou situação de trabalho caracterizado por um estado de disfuncionamentos e incidentes constantes” (Duarte, 1994, p.33).

De fato, percebemos diversas manifestações que expressam as faces da política neo-liberal e o encadeamento de algumas mediações. Desse modo, observamos as seguintes relações: a privatização da empresa vai reduzir o número de postos de trabalhos diretos e indiretos, uma vez que a empresa tem privilegiado a importação de mão de obra, de equipamentos e suprimentos.

A qualidade do fornecimento da energia ao consumidor fica sobreposto aos interesses da acumulação capitalista, porque o material importado é, segundo os próprios trabalhadores, de qualidade inferior. Além disso, com as demissões em massa, muitos dos trabalhadores mais capacitados - a memória técnica da empresa - foram dispensados. A degradação aferida à empresa foi consequente a uma falta de investimentos para a melhoria das instalações, bem como uma escassez de modernizações e informatização na empresa, agravando a precariedade das condições de trabalho (STIEEN, 1992).

Wisner (1987) argumenta que: “A segurança do trabalho compreende primeiro o estudo e a prevenção dos acidentes, isto é, dos acontecimentos que provocaram uma lesão corporal. Mas inclui também os incidentes, isto é, os acontecimentos que atingem apenas objetos. Os acidentes têm uma dimensão de extrema gravidade, pois determinam ainda em grande parte a condição operária... Os acidentes são os sinais do mau funcionamento da organização, e é sobre esta que é necessário agir para preveni-los” (Wisner, 1987, p. 35).

Após a reestruturação das empresas de energia elétrica e a sua concomitante terceirização de mão-de-obra, houve, de acordo com Aranha & Cunha (1996, p.125) um “agravamento das precárias condições de trabalho dos funcionários, ficando os mesmos ainda mais expostos à gerência, o que gerou menos autonomia e mais medo no trabalho”.

Uma outra preocupação das autoras diz respeito à formação e à qualificação dos trabalhadores, já que ao terceirizar a mão de obra, esta não passa pelo treinamento e qualificação pela qual passam os funcionários do quadro efetivo das empresas concedentes. Aliado a isto ocorreu um aumento na jornada de trabalho a título de horas - extras, sobrecarregando os trabalhadores e contribuindo para o aumento do índice de acidentes.

Outra hipótese se refere ao fato de que, por conta da terceirização ou contratação de mão de obra terceirizada, os índices e estatísticas de acidentes e incidentes não contabilizam os trabalhadores inseridos na realidade de trabalho terceirizada. Por não serem contabilizados, estes índices e estatísticas de acidentes ficam “escondidos”, o que dificulta a necessária ação de prevenção e conscientização desses profissionais.

Desse modo, podemos confrontar ainda com o que diz Buonfiglio (1995): “A nova reestruturação produtiva, portanto, pode ser definida como uma forte transformação que vem ocorrendo nas empresas de todo o mundo, valendo-se de informática e de teorias (...), que apesar de diferentes procedimentos organizacionais vem impondo o binômio “empresa ‘enxuta’ - precarização do trabalho”, para restaurar o lucro e a acumulação do capital” (Buonfiglio,1995, p. 2.).

É nesse aspecto que as relações e a organização do trabalho passam por profundas modificações, que não necessariamente significaram vantagens. Pelo contrário, em simultaneidade com a globalização, o desemprego estrutural é uma vertente que dela decorre, de modo que existe “subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à economia informal, entre tantas outras modalidades existentes. Como diz Alain Birh(1991, p.89), essas diversas categorias de trabalho têm em comum a precariedade do emprego e de remuneração; a desregulamentação das condições de

trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial” (Antunes, 1997, p. 44).

A terceirização define-se como a contratação feita por uma empresa de serviços, de trabalho a ser prestado por uma pessoa física (profissional autônomo), ou pessoa jurídica, empresa especializada para realizar determinado serviço que não relacionado às atividades-fim da contratante, sem a existência dos elementos que caracterizam a relação de emprego, como subordinação, habitualidade, horário, pessoalidade e salário (Maciel, 2008).

Normalmente, admite-se a terceirização em serviços especiais, tais como os de vigilância, conservação e limpeza, e em outras atividades vinculadas à atividade meio do tomador de serviços (Maciel, 2008).

Ao contrário da definição acima descrita e como consequência das privatizações, o setor brasileiro de distribuição de energia elétrica passou a desenvolver a terceirização de maneira ampla e intensa, com uma tendência a terceirizar importantes etapas do seu processo produtivo. Essa realidade passou a exigir modelos e padrões comportamentais específicos para gerenciar a terceirização.

Mas em alguns entendimentos, a terceirização também é descrita em atividades muito especializadas, como por exemplo, na área de telecomunicações. Isso porque não se pode perder de vista que existem atividades, muito embora necessárias aos fins principais da cadeia produtiva, que são altamente especializadas e não se confundem com o objetivo principal empresarial. Nesses casos, a terceirização, além de contemplar as atividades meio, contempla também atividades muitíssimo especializadas, como é o caso dos trabalhadores da energia elétrica (Maciel, 2008).

Com relação à terceirização no setor elétrico, ela se acentuou ao longo da década de 1990 num contexto de redefinição do modelo setorial e forte transferência (privatização) do controle acionário das empresas do setor público para o privado.

Embora a terceirização não seja recente na história do Brasil, a adoção deste processo foi intensificada e disseminada no âmbito da reestruturação produtiva que marcou os anos 90, quando o tema ganhou destaque na agenda de governos, trabalhadores e empresários e tornou-se objeto de inúmeras análises. Ao longo dos anos, a terceirização assumiu dimensões significativas, sendo utilizada como um dos principais instrumentos para a precarização das relações de trabalho. Os efeitos negativos que a questão exerce sobre as condições de trabalho, em vez de provocarem reflexão e discussão, incorporaram-se ao cotidiano das empresas.

A lógica de atuação privada, centrada no lucro, e o forte estímulo regulatório para redução de custos, sem uma legislação eficaz que impusesse limites, foram fatores preponderantes para se chegar à situação atual, na qual mais da metade da força de trabalho não está empregada nas empresas detentoras da concessão para exploração da atividade.

Essas ações intensificaram a estratégia de terceirização como uma abordagem de gestão que permite repassar a um agente externo a responsabilidade operacional por processos ou serviços até então realizados na empresa. Segundo Barreto (2005) e Souza, Dávila e Donadel (2008), essa intensificação da terceirização nas organizações brasileiras ocorreu em decorrência da abertura de mercado, das privatizações e da globalização da economia, fatores que forçaram as empresas a desenvolverem estratégias competitivas baseadas na cooperação para alcançar maior produtividade, qualidade e conseqüente redução de custos, visando atender às necessidades e expectativas dos clientes. Para isso, as organizações necessitam identificar as atividades,

dentro da sua cadeia de valor, nas quais precisam especializar-se e, destas, quais devem ser realizadas internamente; e ainda, o que a empresa deve internalizar e o que coordenar com processos realizados por outros, como forma de se obter ganhos de especialização. No geral, as empresas buscam justificar a redução de custos sob o argumento da possibilidade de centrar atenção no negócio principal.

No setor de energia elétrica, além dos serviços gerais (segurança, limpeza e conservação) historicamente já terceirizados, houve uma expansão das contratações para toda a cadeia de valor, incluindo serviços operacionais de caráter técnico e comercial, diretamente ligados ao core business das empresas (Barreto, 2005).

A terceirização no setor elétrico brasileiro está diretamente associada à redução do “custo trabalho”. O que normalmente observamos é uma dimensão alcançada pela deterioração das condições de trabalho, sob a condição de trabalhador terceirizado. Via de regra, as empresas contratadas do setor elétrico não são enquadradas nas classes de códigos correspondentes às atividades de geração, transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica, o que explica a descaracterização do ofício. Desde 2006, o número de trabalhadores terceirizados em empresas de energia elétrica quadruplicou, segundo o DIEESE (2008). Atualmente, mais da metade da força de trabalho do setor é composta por terceiros, exercendo atividade fim da empresa, ou seja, trabalhando com a rede elétrica.

As bases do trabalho na atualidade têm se dado a partir da lógica toyotista (modelo japonês) em resposta ao fracasso da forma de organização taylorista/fordista; assim, hoje se busca um trabalhador polivalente e multifuncional. As respostas a esse processo de reestruturação têm sido a terceirização através de empresas que prestam serviços para outras, muitas vezes atuando de forma perversa, pois tendem a precarizar ainda mais os direitos do trabalhador, feminilizando a mão-de-obra com salários mais

baixos, ocultando benefícios e adoecendo os trabalhadores. Esse cenário tem sido chamado de *a nova morfologia do trabalho*, que por sua vez questiona o nível e forma de combate pelos organismos classistas. É importante frisar que os sindicatos e demais entidades têm buscado oferecer alternativas; no entanto, os esforços dessas instituições não têm acompanhado a mesma velocidade do processo de precarização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores. O processo de reestruturação produtiva é um fenômeno global, no que se refere a perdas dos direitos trabalhistas.

Ainda no campo da terceirização do trabalho, a mesma é vista como a maior fonte de problemas a ser enfrentada, pois tem sido vista como a responsável pela fragmentação do coletivo dos trabalhadores e por levá-los à falta de autonomia, reduzindo o trabalhador a um objeto e o trabalho a uma mercadoria.

Em outras palavras, as organizações que abrem licitações para prestadoras de serviço, as têm utilizado como forma de redução dos custos empresariais, além de fragilizar mais os trabalhadores que delas dependem.

Segundo Lacaz (2000), em realidades históricas de capitalismo dependente, tal quadro associa-se à chamada precariedade do trabalho, em que o vínculo temporário e a subcontratação promovem uma perda do poder de barganha dos trabalhadores, com repercussões sobre a capacidade de negociação das condições de trabalho nos contratos coletivos. Tal situação, no cotidiano, obriga a realização de tarefas para as quais não houve treinamento adequado, em horários prolongados e os mais variáveis, com ritmo acelerado (Monteiro, 1995).

A modernidade fluída, apoiada em táticas pré-determinadas e solidificadas, não comporta tradições ideológicas. Ao contrário, poucas coisas são pré-determinadas e, menos ainda, irrevogáveis, bem como poucas derrotas são definitivas e, raríssimos contratempos, irreversíveis; em contrapartida, nenhuma vitória é, tampouco, final.

“Quando a utilização do trabalho se torna a curto prazo e precária, tendo sido ele despido de perspectivas firmes (e muito menos garantias) e portanto tornado episódico, quando virtualmente todas as regras relativas ao jogo das promoções e demissões foram esgotadas ou tendem a ser alteradas antes que o jogo termine, há pouca chance de que a lealdade e o compromisso mútuos brotem e se enraízem.”

(Bauman, 2000)

E assim a política de “precarização” conduzida pelos operadores dos mercados de trabalho acaba sendo apoiada e reforçada pelas empresas, sejam elas adotadas deliberadamente ou apenas por falta de alternativas. Segundo Bauman (2000) ambas convergem para o mesmo resultado: o enfraquecimento e decomposição dos laços humanos, das comunidades e das parcerias.

1.4 Conceituando o ofício: os laços

“São os operários, os pedreiros, os garis, os artesãos, os comerciantes, os marceneiros os que representam dia após dia o respiro da cidade, são as massas anônimas, as que não tem rosto.”

(Ernesto Venturini, 2009)

Com vistas a compreender o que há de enigmático nessa atividade de trabalho, debruçamo-nos na história do ofício. Foi uma pesquisa difícil, mas necessária, pois não podemos conhecer o ofício sem imaginar a história que o atravessou.

São várias as profissões que se encontram trabalhando no setor elétrico: engenheiros, eletricitas, eletrotécnicos, técnicos de segurança, médico do trabalho, dentre outros. Neste trabalho, a opção foi trabalhar com os eletricitas, por razões que serão expostas mais adiante. Descreveremos o processo de trabalho desta função, salientando as principais atividades, atribuições, responsabilidades e, dentro da execução das tarefas, para entender um pouco mais do objeto de estudo.

De acordo com depoimentos dos eletricitas, o eletricista é aquele que aprende, desde muito jovem, a resolver problemas elétricos domésticos por curiosidade ou por herança paterna ou de parentes próximos. Por facilidade e oportunidade de mercado, ele acaba executando um ou outro serviço e, de repente, está imerso na área e se “profissionalizando” com o exercício diário. Eletricitas, de modo geral, aprendem o ofício em casa, mas a formação técnica e atualizações profissionais hoje são fundamentais para garantir a técnica utilizada no trabalho e a segurança do trabalhador. Para eles, boa parte dos colegas de profissão acaba aprendendo a profissão na “escola da vida”, seja uma herança do pai (ofício que passa de pai para filho), seja por curiosidade ou necessidade. Embora o ingresso destes profissionais na área seja informal, aqueles

que atuam na construção civil ou na indústria acabam procurando uma formação mais reconhecidamente técnica.

Para fins de exposição, foi necessário colocar a descrição do cargo abaixo e, em seguida, fazer um breve diálogo sobre a função abordada neste trabalho.

QUADRO I

ELETRICISTA DE LINHA E REDE I

Atribuições	Riscos/ Cargas	EPI/ EPC
<ul style="list-style-type: none"> • Executar serviços de construção, manutenção e reforma de redes de distribuição e linhas de transmissão. • Reparar, instalar e/ou substituir cruzetas, isoladores, braçadeiras, mão francesa, chaves, fusíveis, relês, capacitores, transformadores, medidores. • Esticar, nivelar e amarrar os condutores aos isoladores, utilizando chaves de fenda, alicate e outras ferramentas. • Aterrar transformadores, pára-raios. • Efetuar manutenção de iluminação pública, instalar, substituir lâmpadas, reatores, relês e luminárias • Executar manobras e ligações provisórias, isolando trechos ou aparelhos defeituosos, operando chaves, visando o pronto restabelecimento do sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Choque elétrico • Lesões pés/mãos e olhos • Quedas de escada • Torção lombar • Exposição prolongada à intempéries climáticas (temperatura, umidade e ventos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacete de aba total • Óculos de segurança • Luva isolante de BT - Baixa Tensão - 11.000 • Luva isolante de AT - Alta Tensão - 20.000 • Cinto de segurança e talabarte • Calçado isolante de segurança • Detetor de AT - Alta Tensão • Bastão de manobra • Conjunto de Aterramento • Cones de sinalização e isolamento laranja. • Colete reflexivo de sinalização

Quadro I – Quadro explicativo da Função de Eletricista
Fonte: STIEEN

A operação e manutenção do sistema elétrico em casas, ruas, prédios e hospitais depende intensivamente do trabalho dos eletricitas. É grande a importância do trabalho destes profissionais para a sociedade. As condições ambientais em que trabalham, em geral, são muito difíceis, haja vista o contato com energia elétrica, que é altamente perigoso.

O eletricista é o profissional que realmente *põe a mão na massa*, ou melhor, na eletricidade. É o profissional que, antes de subir ao poste, efetua manobras de desligamento de chaves de transformadores, isola os trechos a serem trabalhados, aterrando transformadores. São estes trabalhadores que subirão aos postes para executar serviços de construção, manutenção e reforma das redes de distribuição e linhas de transmissão. A instalação e/ou substituição de isoladores, fusíveis, relês e capacitores são realizadas pelos eletricitas. Além disso, atividades de aterramento de transformadores e pára-raios visam a realização da tarefa onde os serviços de manutenção e/ou reparo são solicitados. Estas tarefas objetivam o pronto restabelecimento do sistema de distribuição de energia elétrica ao consumidor final.

De acordo com a última versão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵, organizada e publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o eletricista é aquele que trabalha com instalações elétricas e equipamentos. Suas funções consistem em montar e reparar as instalações elétricas e os equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais, hospitalares e outros, assim como em veículos automotores e montar e reparar equipamentos elétricos de cenários e palcos.

5 A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho.

Culturalmente, nas empresas, é do eletricitista toda a responsabilidade sobre a instalação elétrica, são delegadas à ele a definição da instalação, a execução, a verificação e a manutenção, e na maioria das vezes eles são bastante pressionados com isso, tendo que se responsabilizar pela precariedade das instalações (Nogueira, 1999).

Esses profissionais podem se especializar nas áreas de mecânica, manutenção, eletroeletrônica e outras, sendo que executam as tarefas em estreita colaboração e parceria com os engenheiros técnicos, da área de engenharia e manutenção industrial e elétrica, manuseando máquinas e serviços de reparo na instalação de sistemas complexos de fiação elétrica.

A formação deste ofício normalmente é feita em cursos técnicos, onde são exigidas aulas práticas e um estágio, para finalizar a formação. Mas essa formação técnica não é suficiente. Os eletricitistas também precisam ter um treinamento em normas de segurança, o NR10. É uma norma regulamentadora que estabelece os requisitos e condições mínimas de segurança na área elétrica, objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade. É uma obrigatoriedade da profissão⁶. Hoje, as organizações não admitem um profissional da rede elétrica que não tenha esta capacitação atualizada.

O trabalho de um eletricitista é de alto risco de acidentes como choque elétrico, quedas de andaimes ou de escadas. Eles trabalham nas situações mais desconfortáveis, há a necessidade de utilizar sempre equipamentos de proteção individual para evitar

6 A Norma Regulamentadora 10 estabelece as condições mínimas exigidas para garantir a segurança dos empregados que trabalham em instalações elétricas, em suas diversas etapas, incluindo elaboração de projetos, execução, operação, manutenção, reforma e ampliação, assim como a segurança de usuários e de terceiros, em quaisquer das fases da geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica, observando-se, para tanto, as normas técnicas oficiais vigentes e, na falta destas, as normas técnicas internacionais. A fundamentação legal, ordinária e específica, que dá embasamento jurídico à existência desta NR, são os artigos 179 a 181 da CLT (Segurança e Medicina do Trabalho, 1995, p.96).

acidentes graves, especialmente quando o profissional trabalha diretamente com instalação e monitoramento de circuitos elétricos, seja em indústrias ou na construção civil.

O trabalho de um eletricista é caracterizado pela presença de cargas físicas e mentais, co-existindo riscos à saúde e segurança dos trabalhadores que são de origem elétrica, mecânica, biológica, física, biomecânica e psicossocial.

De acordo com uma pesquisa feita com os eletricitários do Estado do Rio de Janeiro (Nogueira, 2009), foram citadas pelos trabalhadores, entre outras situações vivenciadas na execução do trabalho, o choque elétrico, as lesões de pés e mão por acidentes envolvendo manutenção de equipamentos e de rede elétrica, o esforço visual e mental na leitura e interpretação de plantas e croquis, as posturas inadequadas, os riscos de acidentes de trânsito, a exposição às condições climáticas, a ameaça de desemprego e a perda de benefícios anteriormente obtidos como as mais frequentes no cotidiano da profissão.

Em âmbito estadual, a jornada é de 40 ou 44 horas semanais. Alguns trabalhadores, como os eletricistas de emergência, que são responsáveis por atender aos chamados de emergenciais e de SOS, trabalham em turnos de 8 por 16 (8 horas trabalhadas e 16 de descanso), de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho.

O piso salarial estadual estabelecido por meio de negociação pelo Sindicato dos Eletricitários e para profissionais da rede elétrica é de R\$ 731,43. Normalmente, o trabalhador busca complementar sua renda por meio das horas-extras (Convenção Coletiva do Trabalho, nº 5.950 DE 13.04.2011). Eles ainda ganham um adicional de periculosidade de 30% sobre o salário bruto, além dos descontos regulados por lei.

Após a privatização, os trabalhadores efetivamente contratados pela empresa estudada tornaram-se menos de 15%. Todo o restante, ou seja, mais 85% foram

terceirizados e até quarterizados. Para essa grande maioria de trabalhadores são pagos salários bem mais baixos, as condições de trabalho são precárias e a possibilidade de ascensão funcional praticamente não existe.

Perigo, calor, umidade, peso, choque, tensão, pressa, repetição... fazem parte do cotidiano desses trabalhadores que, ao subir nos postes para cortar a energia de casas, têm também sua dor cortada em cada ato.

Como esses trabalhadores da eletricidade suportam?

Ainda depois de um longo contato com os trabalhadores desse ramo de atividade, essa pergunta sempre me intrigou. Há algo ali que escapa a tudo isso, difícil de descrever, mas que, nas conversas, nos olhares, no fazer do dia a dia, no convívio, é possível sentir...

1.5 O meu trabalho: os fios

Minha prática de psicóloga do trabalho, desde 2009, ano que me formei, sempre foi voltada para o trabalho de eletricitas e eletrotécnicos, primeiramente realizando a seleção e depois identificando necessidades de treinamento e ministrando palestras e encontros com a finalidade de “adequar” a postura dos eletricitas nos atendimentos diários em campo. Os primeiros encontros foram frustrantes, pois quase nenhum eletricitista comparecia na sala das reuniões para os treinamentos. Quando perguntados, diziam estar cansados, e que moravam longe. Após alguma insistência da gerência responsável, as palestras finalmente foram tomando forma, e aconteciam semanalmente com um público médio de 20 eletricitas e eletrotécnicos. Inicialmente, as palestras tinham caráter informativo, onde eu passava a maioria do tempo explicitando alguns assuntos, tais: “Como atender o cliente da melhor forma”, “O que é inteligência emocional” e “Técnicas de negociação”. Ao longo do tempo, o conteúdo dessas palestras formaram assuntos relativos ao cotidiano de trabalho, à tarefas e acontecimentos diários, que muitas vezes eram específicos da função e das tarefas de um eletricitista. Muitos questionavam que não tinham informação o suficiente para atender o cliente, que não sabiam qual postura tomar diante das negociações de contas atrasadas, principalmente quando o cliente se tornava agressivo. Reclamavam também que não tinham equipe de trabalho certa, que cada dia era uma dupla diferente, e isso os incomodava bastante. Muitas vezes eu era convocada para ministrar palestras e reuniões sobre Atendimento ao Cliente e Etiqueta Profissional, pois a maioria das reclamações vinha dos clientes que eram atendidos por eles.

Sempre me chamou atenção a maneira como eles se colocavam nas palestras, muito atuantes na fala, contavam-me histórias reais do dia-a-dia de trabalho, o que fez com que o grupo, após um ano de palestras, apresentasse um entrosamento bem grande.

A liberdade que tinham de argumentar fatos, apresentar dificuldades em tarefas e elaborar soluções foi cada vez mais possibilitando a autonomia deles enquanto trabalhadores. A palestra tornou-se encontro. Encontro meu com o trabalho deles, encontro deles com a análise do trabalho.

Essa pesquisa e análise da atividade de trabalho dos eletricitas apresenta-se, então, como uma possibilidade de intervenção clínica, que tem o objetivo de restabelecer o dinamismo do gênero da atividade profissional (Osório,2011).

A motivação de escolher este ofício para objeto de estudo fez com que o meu próprio trabalho fosse analisado. Esse labor “eletricista”, esse fazer técnico era muitas vezes contraditório, haja vista os riscos que estão presentes na função cotidiana.

Isso me fez problematizar qual o papel do psicólogo do trabalho. Seria um papel de “normalizador”? Ou seria um papel de facilitador do desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores? Facilitador de processos de criação de novos “fazeres”?

Desde então, o meu campo foi se criando a partir do meu lugar naquela empresa.

Portanto, o que estava sendo proposto era uma clínica da atividade profissional. Era o que minha ética propunha. Ser psicóloga do trabalho, no sentido de propor uma análise do trabalho e, principalmente, um desenvolvimento em situação de trabalho. Clot (2010) nos fala de uma “psicologia do desenvolvimento em situação de trabalho”. Pois à atividade dialógica corresponde o sujeito dialógico: tal poderia ser, em resumo, a contribuição de uma clínica da atividade para uma psicologia do trabalho que fosse também, uma psicologia *tout court* (Clot, 2010).

Ele ainda afirma:

“Em certo sentido, a clínica da atividade profissional praticada por nós interessa – ao preocupar-se com o coletivo em situação de trabalho – por esse *transformador* de energia

psíquica que, demasiadas vezes, é deixado de lado. Ela procura manter ou restaurar a vitalidade dialógica do social, graças à análise do trabalho ao experimentar a função psicológica do coletivo em situação de trabalho; afinal, seu objetivo consiste em ser capaz de propor à subjetividade *se reencontrar* em uma zona de desenvolvimento potencial (Clot, 2010).

Portanto, o que estava sendo proposto era um projeto de defender mudanças de trabalho que eram potencialmente produtores de adoecimento, valorizando o saber e a experiência do trabalhador. Era o que minha ética propunha.

CAPÍTULO II

DUAS FITAS DE PASSAGEM

Fita de passagem é uma ferramenta utilizada pelos profissionais de energia elétrica. Trata-se de uma fita ou arame de aço que entra facilmente nos condutos elétricos e é usada para puxar os fios quando se faz uma instalação. É o elo entre a instalação em si e os condutos. Aqui, proponho-me a falar sobre a metodologia da Clínica da Atividade dialogando com o conceito de desenvolvimento proposto por Vygotski. São dois conceitos que formam um elo neste trabalho.

2.1 Clínica da Atividade

“É funcionando com os outros que o homem se transforma, correndo até o risco, com se sabe, de se deformar.”
(Clot ,2010)

Inicialmente, é importante destacar que a metodologia está, em primeiro lugar, na intervenção concreta que ocorre na clínica da atividade. Essa metodologia se constitui em uma abordagem da análise do trabalho centrada numa perspectiva dialógica e do desenvolvimento, que busca intervir na situação, favorecendo transformações na atividade, restabelecendo assim o poder de agir dos coletivos de trabalho.

A principal referência teórica desta experiência é a clínica da atividade, baseando-se, sobretudo em conceitos de atividade e desenvolvimento, buscando contemplar a análise da atividade, abordando questões cruciais na análise do trabalho contemporâneo.

É uma metodologia que propõe uma co-análise do trabalho, praticada no ambiente habitual de trabalho (Osorio, 2010).

Há aí uma *psicologia prática* construída pelos trabalhadores, exercida a fim de decifrar os objetivos e motivações das ações humanas, assim como a reconhecer os instrumentos necessários à ação frente aos caprichos do trabalho real. Essa psicologia é uma psicologia do sentido e da eficiência da ação ordinária. É por isso que, comparada com a psicologia científica, ela é tão pessoal, tão coletiva, tão concreta e tão verdadeiramente viva. Encontramos então *conceitos cotidianos* que organizam a experiência de trabalho, implícitos nas descrições formuladas muitas vezes em um vocabulário metafórico (Clot, 2006a, p.125-133).

Uma das grandes contribuições desta metodologia é poder levar em conta a experiência dos trabalhadores, tomando esses conhecimentos como ponto de partida para qualquer intervenção, fazendo uma ponte de diálogos com o saber acadêmico que é trazido pelo analista. Os trabalhadores, assim, se servem da presença do analista/pesquisador para se confrontar com diversos aspectos de seu trabalho, com seus possíveis e impossíveis.

A atividade e a subjetividade são motor e resultado de um mesmo processo. Interessa discutir como a atividade se transforma, se amplia, se desenvolve, desenvolvendo ao mesmo tempo os sujeitos nela envolvidos. Na sua metodologia propõe o uso de dispositivos que mediam a co-análise do trabalho, facilitando o deslocamento do trabalhador para a posição de observador de seu próprio trabalho. A entrada do analista / pesquisador como novo interlocutor produz o efeito desejado de confrontação dos trabalhadores com seus recursos coletivos e pessoais para a ação, possibilitando sua ampliação.

Fazendo uma aproximação com a ergologia, é interessante o que Yves Schwartz nos fala:

“A experiência vivida em situação de trabalho não pode jamais ser adequadamente pré-descrita por palavras combinadas, sequências de frases, uma vez que toda configuração da atividade é em parte inédita. [...] Se o trabalho real difere sempre do prescrito é porque os atores sempre precisam antecipar e fazer a gestão dos acontecimentos, dos eventos aleatórios, variáveis – dos quais fazem parte esses mesmos atores como indivíduos singulares – que fazem com que a ação efetiva não seja jamais aquela prevista conceitualmente; as palavras que a prescrevem [...] formam sintaxes de certa maneira mutiladoras se comparadas aos atos eficazes realmente realizados.”
(Schwartz, 1993, p.124)

Desenvolvendo-se a partir do conceito de atividade e subjetividade, o trabalho é visto não somente como trabalho psíquico, mas como uma atividade concreta e irreduzível, atividade transformadora.

A atividade é entendida como sempre mais do que o gesto realizado, passível de observação direta e mensurável para fins de avaliação de produtividade. Ela se define pelas operações manuais e intelectuais realmente postas em práticas a cada instante pelo trabalhador, a fim de atender seus objetivos, que sempre extrapolam aqueles prescritos pela organização do trabalho, em face de um meio que se modifica constantemente (Clot, 1999).

Na Clínica da Atividade, faz-se relação entre atividade e subjetividade. A atividade não é o contrário da subjetividade. A subjetividade é uma atividade sobre a atividade. É assim que se desenvolve a produção subjetiva da experiência.

A relação entre emoção e cognição não pode ser concebida como uma dinâmica de fatores psicológicos, paralelos e independentes, para explicar a atividade. Pelo contrário, é efetivamente a atividade real que explica as relações entre elas, pois na história da atividade, as relações entre emoções e intelecto não são estáveis:

“Assim, é o sentido da atividade, verdadeiro regulador, que afeta as emoções e as cognições, quando da realização de uma tarefa. Esse lugar não é fixo.” (Clot,2004b)

De fato, a atividade só é cognitiva ou emotiva em segundo plano. Em primeiro lugar, através e para além da realização da tarefa, ela é movimento de apropriação de um meio de vida pelo sujeito, livre jogo – ou amputação – desse movimento.

A atividade é endereçada, dirigida, simultaneamente, para seu objeto e para as outras atividades que incidem sobre esse objeto, sejam elas do outro ou, ainda, de outras atividades do sujeito. Ela transborda o real, e atua nos processos de criação e recriação de modos de agir no trabalho. Assim, atividade não é somente o que foi realizado, comporta também o real da atividade que engloba tanto a atividade interdita quanto a atividade idealizada. O que o sujeito quer fazer, mas não pode, também é atividade:

“A atividade não é somente aquilo que se faz. O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que nós não podemos fazer, o que nós tentamos fazer e não conseguimos - os fracassos - aquilo que nós teríamos vontade de fazer ou

poderíamos fazer, aquilo que não fazemos mais, aquilo que nós pensamos ou sonhamos poder fazer em outros lugares. É necessário acrescentar aqui – um paradoxo freqüente – atividade é aquilo que nós fazemos para não fazer o que tem que ser feito ou ainda o que nós fazemos sem desejar fazer. Sem contar aquilo que é necessário refazer” (Clot, 2001, p.10).

Para Clot (2006, p. 133): “O real da atividade é o que se revela possível, impossível ou inesperado no contato com as realidades, não faz parte das coisas que podemos observar diretamente.”

A atividade tem sempre um volume que transborda o realizado. No curso da atividade são feitas escolhas que deixam de fora diversas opções. Nas negociações com outras atividades concorrentes, no embate com a situação concreta de trabalho, as decisões tomadas deixam de fora outros caminhos. Aquilo que não foi feito, bem como o modo como a decisão foi tomada, não deixa de fazer parte da atividade. O real da atividade é sempre maior que a atividade realizada.

Na análise da atividade, o conceito de real da atividade se faz importante, pois abarca a atividade realizada, mas, também, o que não se pode fazer, o que não se faz, o que gostaríamos de ter feito, o que se criou para se fazer de outro jeito, o que se tenta fazer e não é bem sucedido, é fuga e não estadia. Atividade é escolha, dúvida, afeto, conflito. Atividade é tudo o que foi pensado, dialogando consigo mesmo a respeito do realizado, e do não realizado. Assim, o não realizado também faz parte da atividade, pois o que é ocultado influi com todo seu peso na atividade realizada. Unidade central na análise da clínica da atividade, a atividade é sempre algo além do que nos propomos na tarefa prescrita. É mais que gestos realizados, passíveis de observação direta.

Atividade quer dizer atividade própria, se sentir ativo. Ela se enraíza nos sujeitos ativos se desenvolvendo eventualmente no contexto social. A simples ocupação não é sinônimo de atividade (Tosquelles, apud Clot, 2004).

Sujeita a pressões, a normas e a situações mutantes, a atividade sempre se realiza em um plano de interferências de intenções, exigindo decisões do operador que deve, então, proteger as suas de outras intenções concorrentes. Para além de uma concepção desencarnada da atividade de trabalho, propõe incluir neste conceito os conflitos do real (Osório, 2008).

Considerada desse modo, a atividade é, na realização efetiva da tarefa – a seu favor, assim como, às vezes, contra ela –, produção de um meio de objetos materiais ou simbólicos, de relações humanas ou, mais exatamente, recriação de um meio de vida. A atividade prática de um sujeito não é jamais somente um efeito das condições externas, tampouco é a resposta a essas condições; por sua vez, a atividade psíquica não é mais também a reprodução interna dessas condições. A atividade – prática e psíquica – é sempre a sede de investimentos vitais: ela transforma os objetos do mundo em meio de viver ou fracassa ao fazê-lo. Em vez de ser determinada mecanicamente por seu contexto, a atividade dos sujeitos no trabalho implica a metamorfose deste contexto. Ela livra - correndo sempre o risco de fracassar nessa tentativa - o sujeito das dependências da situação concreta e subordina a si o contexto em questão.

Segundo Lhuilier (2011) criar é se afastar, se descolar do que é prescrito e apresentar uma atividade pessoal e personalizante. A atividade no meio vincula a relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com a realidade. A atividade cria esses vínculos.

De qualquer modo, a atividade é estruturalmente o teatro de um drama, no sentido cênico do termo: a atividade é que vincula ou desvincula o individual e o social,

o sujeito e a organização do trabalho, os sujeitos entre si e esses sujeitos com os objetos que os mobilizam. Ela é a arena e a sede em que eles passam de um para o outro, a menor unidade do intercâmbio social (Clot, 2010).

Levando em conta que a atividade, por ser endereçada e re-endereçada, é uma repetição sem repetição, ela comporta sempre um devir possível, incluindo um eventual agravamento. Tal inacabamento estrutural é a origem do desenvolvimento da atividade; caso contrário, ela terá que ser encontrada em outro lugar. O desenvolvimento tem sua origem precisamente na dinâmica entre diferentes funcionalidades do mesmo funcionamento em atividades diversificadas e repetidas.

Isso nos leva a entender que viver no trabalho é, portanto, poder aí desenvolver sua atividade, seus objetos, instrumentos e destinatários, afetando a organização do trabalho por sua iniciativa. Ou, ao contrário, a atividade dos sujeitos se encontra não afetada, quando as coisas, na esfera profissional, começam a estabelecer entre si relações que ocorrem independentemente dessa iniciativa possível. Paradoxalmente a pessoa age, mas não está ativa. Essa desafeição deprecia o sujeito, torna-o menos real, para além dos efeitos sobre sua saúde, torna a atividade impedida.

Na atividade impedida, enraízam-se a amputação do poder de agir, estruturando uma queda de vitalidade e desinteresse pela atividade. O trabalhador, ao ser impedido de realizar a tarefa a sua maneira, pode viver conflitos, prevalecendo assim sentimentos de impotência, deixando em choque sua saúde:

“A perda de sentido da atividade acaba por desvitalizá-la e por desafetá-la, tornando psicologicamente artificial o prosseguimento da ação” (Clot, 2006,p.11).

A atividade perde, então, o seu potencial de estruturante psíquico e deixa de ser atividade própria. Desse modo, o devir do corpo, longe de ser um enriquecimento do organismo reduz-se, com demasiada frequência, à degradação deste último.

Mais do que um mero executor de tarefas, o trabalhador constitui e é constituído pela sua atividade, sendo ao mesmo tempo produtor e produto, estando presente a capacidade de afetar e de ser afetado. Quando agimos é importante nos sentirmos ativos, colocando algo de nós na atividade, modificando objetos do mundo em outros meios de vida, ou seja, investindo na nossa atividade através de energia vital.

Diante disso, o trabalho é concebido como um processo coletivo e singular, ao mesmo tempo. Lugar de criação e recriação da história de um ofício; e de criação e recriação da atividade de trabalho como processo de produção não só de serviços, mas de subjetividades. A ampliação do poder de agir se dá, portanto, pela liberação da controvérsia entre trabalhadores. Ampliação de saúde, de saída:

“O agir compreende o fazer, sem se limitar a esse aspecto. Sem dizer respeito às transformações relativas ao objeto da atividade, seu perímetro é o das relações consigo mesmo, com os outros e com a sociedade” (Rabardel apud Clot, 2010, p.24).

Nesse aspecto é que os trabalhadores podem promover, ou não, em sua esfera habitual, novas relações com os objetos, com os outros ou com eles próprios. Seu poder de agir vai produzir, ou não, outros objetivos, outros destinatários e outras maneiras de ser eles mesmos em uma esfera profissional transformável e inacabada.

A análise da atividade se constitui em um diálogo que se estabelece entre o trabalhador e seu trabalho, com os outros trabalhadores, com o pesquisador. Além disso, há também o diálogo interno que se estabelece entre o trabalhador e ele mesmo, em que

se busca a melhor maneira de levar consigo o seu interlocutor, fazendo-o compreender seus modos de fazer. Mas nesse diálogo interior, comparece também o coletivo de ofício (Osório, 2011).

O gênero da atividade profissional é um dos interlocutores da atividade dirigida, em que cada enunciado já é sempre uma reação a um enunciado anterior (Bakhtin, 2006):

“Ninguém jamais fala de si e dos outros senão falando consigo e com os outros. (...) É importante captar o homem tanto a partir do interior, vê-lo e compreendê-lo, ao transformá-lo em objeto de uma análise imparcial, neutra, quanto por uma fusão com ele, sentindo-o. Podemos aproximar-nos dele e descobri-lo ou, mais exatamente, forçá-lo a descobrir-se unicamente mediante uma troca dialógica. Do mesmo modo, só é possível descrever o homem interior (...)pela representação de suas comunicações com os outros. É somente na interação dos homens que se desvela ‘o homem no homem’, tanto para os outros como para eles mesmo(...). Em vez de ser a antecâmara da ação, o diálogo é, para ele, a própria ação. Não se trata, também, de um procedimento para descobrir, desnudar um caráter humano infinito; no diálogo, o homem se manifesta somente ao exterior, mas torna-se, pela primeira vez, o que é verdadeiramente e não unicamente aos olhos dos outros e sim, vamos repeti-lo, igualmente aos seus próprios olhos. Ser é comunicar dialogicamente” (Bakhtin apud Clot, 2010. p.131).

O gênero aí, é entendido como a parte subtendida da atividade, o que os trabalhadores de determinado meio conhecem e observam o que lhes é comum, reunindo-os sob condições de vida. Sendo um conjunto de avaliações compartilhadas que organizam a atividade, conferindo conteúdo a atividade pessoal em situação. O

gênero é um estoque de “disponibilização de atos, de “registro de palavras”. Clot toma esse conceito de gênero do discurso de Bakhtin onde ele coloca que é recurso para a fala do sujeito, para tratar de que é necessário o gênero a todo profissional, ele é essencial, pois são recursos para que o trabalhador possa agir em seu trabalho – maneiras de comportar-se, de dirigir a palavra, de encetar uma atividade e de leva-la a termo, de conduzi-la eficazmente a seu objeto (recurso obtido a partir da observação na supervisão de como os veteranos agem). Ou seja, o gênero é uma memória para pré-dizer, memória esta que permite ao trabalhador a agir. Nele se dá a construção coletiva de recursos para ação. Mas esse referencial comum, do qual o gênero é constituído e constituinte, não deve ser entendido como o somatório dos referenciais individuais, como se ele fosse o todo do qual os indivíduos seriam partes, pois ele possui um componente transpessoal, ou genérico, no sentido de que sendo de todos a ninguém pertence. O gênero se constitui na dimensão transpessoal do ofício. É uma espécie de “corpo intermediário” (Clot, 2006) que permite, por exemplo, que dois trabalhadores que não se conhecem possam ser capazes de se coordenarem eficazmente para realizar um objetivo difícil dentro de um contexto complexo de trabalho. Este referencial elaborado *em comum* estabelece as regras não escritas e não imutáveis em uma situação dialógica que supõe a elaboração comum. Ele inscreve o saber-fazer considerado na história de um coletivo, o coletivo de ofício. Singular e coletivo ao mesmo tempo, o gênero é sempre plural (Osório, 2011).

O gênero da atividade profissional pode ser definido como um instrumento simbólico para agir, um *respondente* profissional. É uma parte sub-entendida da atividade dos trabalhadores. Se dispõe de um conjunto de regras inacabadas, dentro de um dado meio de trabalho, onde os trabalhadores não precisam re-especificar a tarefa a cada vez que ela se apresenta.

Sendo assim:

“Toda atividade de trabalho pode ser entendida como um encontro entre corpos, atravessamentos múltiplos que se agenciam, se interconectam, demandando escolhas e decisões e, portanto, tornando todo trabalho uma atividade de criação. Mais do que um mero executor de tarefas, o trabalhador constitui e é constituído pela sua atividade, sendo ao mesmo tempo produtor e produto, estando presente a capacidade de afetar e de ser afetado. Um trânsito no qual o coletivo devém do singular e o singular devém do trabalhador e, simultaneamente, o singular devém coletivo e o coletivo devém gênero da atividade, de forma que a competência se produz em uma emergência no e através do plano no qual singular e coletivo não são dicotômicos, mas causas/efeitos (...) de atravessamentos de corpos” (Maia, 2006, p.30-31).

Em certo sentido, a clínica da atividade profissional se interessa – por um *transformador* de energia psíquica que, demasiadas vezes, é deixado de lado. Ela procura manter ou restaurar a vitalidade dialógica do social, graças à análise do trabalho ao experimentar a função psicológica do coletivo em situação de trabalho. Afinal, seu objetivo consiste em ser capaz de propor à subjetividade se *reencontrar* com seu desenvolvimento (Clot, 2010).

Clínica dialógica que, sem abrir mão do conhecimento científico, prioriza aquela verdade do diálogo, da qual nos fala Clot, utilizando Bakhtin (Clot, 2005): da qual nunca se dirá a última palavra, cujo horizonte recua com a marcha, sempre nos abrindo

novas possibilidades; que não pode ser reduzida a um objeto externo de referência, a um padrão ideal, mas que se abre à atividade humana, “à pesquisa de outra coisa por viver e fazer alguma coisa de sua vida: o outro gesto possível, o outro objeto, a outra palavra, a outra ideia, a outra atividade, a outra possibilidade ainda não realizada. A pesquisa do homem aberta à descoberta” (Clot, 2005, p.40).

Desse modo, a saúde está diretamente ligada ao nosso poder de agir, ou seja, à nossa atividade própria. A saúde está longe de ser algo dado previamente; ela é poder de ação sobre si e sobre o mundo:

“A saúde está ligada à atividade vital de um sujeito, àquilo que ele consegue, ou não, mobilizar de sua atividade pessoal no universo das atividades do outro; e, inversamente, àquilo que ele chega, ou não, a utilizar das atividades do outro em seu próprio mundo.”

(Clot 2010, p. 111)

O que define saúde é a capacidade de se criar novas normas para a vida em situações novas. O doente é aquele que aceita uma única norma para a sua vida. Saúde não é deixar a doença de lado e sim criar um acesso a ela por uma via diferente, por uma via criativa, para que se faça um novo uso da doença, para que, diante do contexto doença, se criem novos contextos de vida a partir dela.

2.2 O desenvolvimento *na* atividade

*“O homem está pleno, em cada minuto,
de possibilidades não realizadas.”*

(Vygotski, 2003, p.76)

Clot irá buscar em dois pensadores russos da corrente histórico cultural a fonte de inspiração para o seu trabalho. É na filosofia dialógica de Bakhtin que assentará as bases de sua metodologia e na psicologia da linguagem, que reconhecerá no pensamento de Vygotski a inspiração para a Clínica da Atividade.

Proponho-me aqui, buscar um diálogo com o legado que Vygotski deixou para a Clínica da Atividade.

Antes de iniciarmos a exposição desta herança, é útil proceder a algumas observações prévias sobre Vygotski.

A psicologia, assim como todas as ciências, teve sua origem claramente marcada pelo contexto sócio-histórico e político que propiciou seu aparecimento. A psicologia de Lev Semionovitch Vygotski exemplifica claramente essa relação: cunhada no bojo da revolução socialista soviética, os principais conceitos da teoria vygotskiana representam o esforço para construir uma ciência do homem que o considere em sua dimensão plural, concomitantemente como sujeito ao contexto em que se insere e ator de seu próprio drama e tempo (Zanella, 2007, p.15).

Tendo se tornado um alvo para o regime stalinista, a psicologia russa foi, inicialmente, vítima na URSS do predomínio do naturalismo pavloviano que reduzia toda a vida psicológica a um reflexo condicionado. A partir disso, principalmente a partir da década de 1960, a obra de Vygotski é publicada, mas suas traduções são frequentemente maltratadas (Clot, 2010).

A forma como Vygotski tentou trazer para o seio da psicologia os pressupostos do materialismo histórico e dialético diferiu sobremaneira de como até então isso vinha sendo feito. Todo o seu trabalho pautou-se numa análise crítica e profunda do método marxista para que fosse possível superar os modelos mecanicista e idealista, vigentes na época (Zanella, 2007, p.73).

Vygotsky relata assim o seu propósito:

“O que sim pode ser buscado previamente nos mestres do marxismo não é a solução da questão, e nem mesmo uma hipótese de trabalho (porque estas são obtidas sobre a base da própria ciência), mas o método de construção. Não quero receber de lambuja, pescando aqui e ali algumas citações, o que é a psique, o que eu desejo é apreender na globalidade do método de Marx como se constrói a ciência, como focar a análise da psique.”

(Vygotski, 1996, p. 395)

Para Vygotski a psicologia deveria consistir na ciência capaz de explicar como as características singulares humanas, os processos psicológicos, são produzidos a partir das relações sociais, isto é, do convívio com os outros, capazes de elaborar cultura e fazer história. A análise da psicologia do seu tempo, no entanto, não o satisfazia, posto a forma dicotômica com que estas trabalhavam a relação sujeito/sociedade, priorizando ora um ou ora outro pólo que, para o autor, estão inexoravelmente relacionados.

O conceito de atividade/ação utilizado por Vygotski está diretamente relacionado ao conceito de trabalho humano tal como proposto na teoria marxista:

“[...] o trabalho é, para Marx, uma atividade que distingue o ser social do ser natural, isto é, define a especificidade do ser humano como um ser histórico, social e cultural, por possuir essas três

características: a de ser uma atividade conscientemente dirigida por uma finalidade previamente estabelecida na consciência, a de ser uma atividade mediatizada pelos instrumentos e a de ser uma atividade que se materializa em um produto social, um produto que não é mais um objeto inteiramente natural, um produto que é uma objetivação da atividade e do pensamento do ser humano” (Duarte, 2000, p.208).

De forma bastante curiosa, a obra foi difundida de modo desordenado e com péssimas traduções, o que fez resumir toda a teoria a uma causalidade de zona de desenvolvimento proximal. Obviamente, por isso, é muito mais utilizada no campo da infância, onde tem suas principais pesquisas que falam do desenvolvimento infantil. Mas para Vygotski, da criança ao adulto, a subjetividade, a sociedade e a cognição estão ligadas ou desligadas na ação. Sua obra repousa inteiramente na ideia de *criação* e *recriação*. O objetivo da Clínica da Atividade é também este. É fazer da psicologia uma psicologia geral do desenvolvimento.

Como bem sinaliza Clot (2010), esse psicólogo russo foi um dos inspiradores da ação situada, ao se opor à “abordagem mentalista e desencarnada de uma inteligência, sem raízes corporais e sociais.” O grande interesse de Vygotski se deve ao fato do sujeito possuir uma base histórica e, ao mesmo tempo, por se preocupar com questões relativas ao desenvolvimento, buscando compreender, fundamentalmente, como se dá a passagem entre a atividade pessoal e social. Para ele, o mundo social é feito de discordância criadora, é uma espécie de enfrentamento em torno do objeto; fundamentalmente, o mundo social é uma ligação, uma relação inacabada. O mundo social, para Vygotski, não é um mundo de restrições. É primeiramente um mundo possível de subversão de significações e de artefatos e, em segundo lugar, um mundo de

conflitos inacabados, no qual podemos tomar nosso lugar. E, precisamente, porque é inacabado, podemos colocar nele algo nosso (Vygotski, 1998).

A função do social não é sedentária, ela se move, ela migra. É, no início, uma forma de viver, em seguida se torna a origem de novas formas de vida. Com isso, há uma espécie de *nomadismo* do desenvolvimento. A aprendizagem torna-se, assim, uma fonte em si de desenvolvimento.

Segundo Vygotski (*apud* Litim, 2006, p.91) “é em movimento que o corpo nos mostra em ele é”. Aí, vimos que é somente através da experimentação transformadora que qualquer atividade, inclusive a de trabalho, pode liberar seus segredos, pois é ao transformar cada realização da atividade em recurso que o real da atividade se manifesta, com seus desdobramentos e desenvolvimentos.

Certamente, Vygotski foi um dos teóricos que teceu uma das mais contundentes críticas às correntes de psicologia social do início do século XX que entendiam que só o que era “coletivo” era “social”. Em sua obra *Psicologia da Arte* (Vygotski, 1999), propõe que a noção de “social” seja ampliada de modo a englobar não só os processos que se dão no plano interpessoal, como nas interações grupais, mas também aqueles que ocorrem no âmbito intrapessoal. É o que o seguinte trecho ilustra:

“A psicologia social não marxista entende o social de modo grosseiramente empírico, necessariamente como multidão, coletivo, relação com outros indivíduos. A sociedade é aí entendida como reunião de pessoas e condição suplementar da atividade de um indivíduo. Esses psicólogos não admitem a ideia de que, no movimento mais íntimo e pessoal do pensamento, do sentimento, etc..., o psiquismo de um indivíduo particular seja efetivamente social e socialmente condicionado.” (Vygotski, 1999, p.14)

Vygotski, então, ressignifica o conceito de desenvolvimento e o modo como este se processa, na medida em que considera que não há nada em germe, mas unicamente como resultado da atividade humana no contexto de relações sociais:

“(…) o desenvolvimento não se produz pela via de mudanças graduais, lentas, por uma acumulação de pequenas peculiaridades que produzem em seu conjunto e ao final alguma modificação importante. Já desde o princípio o desenvolvimento observado é de tipo revolucionário. Dito de outro modo, observamos a existência de mudanças bruscas e essenciais no próprio tipo de desenvolvimento, nas próprias forças motrizes do processo. E é bem sabido que a coexistência de mudanças revolucionárias com as evolutivas não é indício que exclua a possibilidade de aplicar a esse processo o conceito de desenvolvimento.” (Vygotski, 1991a, p. 156)

Vygotski trabalha, portanto, com a ideia de que todas as conquistas que garantem às pessoas sua condição de humanização resultam das complexas relações sociais em que se inserem e das quais ativamente participam. Essas conquistas, por sua vez, podem somar-se a tantas outras ou promover saltos qualitativos no modo como se apropriam da realidade e estabelecem essas relações (Zanella, 2004).

Nesse sentido, a abordagem de desenvolvimento herdada da psicologia russa de Vygotski não é vista como uma espécie de “ortopedia cognitiva”, mas sim como uma psicologia do desenvolvimento da ação. A psicologia pretendida pela Clínica da Atividade, assim como a pretendida por Vygotski, não pode ser vista como um método de conhecimento, mas como um método de ação.

Segundo Duarte, o conceito de atividade/ação utilizado tanto por Vigotski quanto por Leontiev parece estar diretamente relacionado ao conceito de trabalho humano.

Vygotski se dispõe do método indireto de conhecimento, onde será unicamente pela “experiência de transformação que a atividade psicológica poderá revelar seus segredos” (Clot, 2010, p. 193). O desenvolvimento só poderá ser objeto da psicologia se ele é, também, seu método: um método que, para os sujeitos, seja o meio de descobrir suas capacidades ao se avaliarem diante do que eles fazem. Certamente, para não *saberem* o que são, mas para *experimentarem*, com eles, o que poderiam vir a ser. É necessário provocar o desenvolvimento para ser possível estudá-lo. De fato, não sendo acessível por métodos diretos de observação, a proposta é estudar o desenvolvimento pelo método indireto de investigação (Vygotski, 1999,2003).

O comportamento realizado, que se pode observar, é apenas uma íntima parte do que é possível no comportamento. Em outras palavras, podemos dizer, assim, que cada um de nós está repleto, a cada instante, de possíveis não-realizados. É precisamente nesse ponto que notamos que há uma diferença entre a atividade realizada e o real da atividade. O real e o realizado não são a mesma coisa. O real é muito mais amplo. Aí, existe uma ideia forte de que o que não foi realizado nem efetuado, não é menos real. Pois não foi realizado de forma visível, mas para o sujeito, é real, ou seja, é real tudo o que foi chamado de atividades contrariadas – atividades impossíveis. O impossível e o possível estão no real (Clot, 2006).

Com efeito, para compreender é preciso transformar. É somente através de uma experiência de transformação é que a atividade psicológica pode revelar seus segredos. A questão proposta por Clot consiste, então, em inventar dispositivos técnicos que permitam aos sujeitos transformar sua experiência vivida de um objeto em objeto de

uma nova experiência vivida. Isso com a finalidade de estudar a transformação de uma atividade em outra. É esse o fundamento de uma metodologia que é, ao mesmo tempo, histórica e histórico-desenvolvimentista: permitir ao sujeito transformar os funcionamentos realizados em objeto de um novo funcionamento a fim de estudar o desenvolvimento real – possível e impossível- e seus princípios.

Os métodos propostos pela Clínica da Atividade nada mais são que técnicas de “provocação” do desenvolvimento a serviço de uma metodologia da ação e destinam-se, mediante a demanda de nossos interlocutores, a transformar o curso da atividade (Clot, 2010, p.195).

Para ele, não há pensamento sem destinatário e, na ação conjunta dos sujeitos sobre o mundo, esse pensamento é sempre mediatizado pela linguagem e pela cultura. Daí o legado do papel do “social” no desenvolvimento. A atividade (ou ação) é dirigida. Antes de mais nada, fonte da atividade individual, a situação social torna-se recurso para essa atividade. E é nesse movimento que a atividade individual se desenvolve *na* atividade social.

Em relação ao desenvolvimento, o pensamento não se exprime na linguagem, ele se realiza na linguagem. Há uma mudança do pensamento na linguagem. O pensamento vem quando se está falando e, aliás, frequentemente descobre-se o que pensamos, falando a alguém sobre o que pensamos (Clot, 2006).

Por ser o método indireto um estilo de proposto por Vygotsky, proponho-me a descrever uma de suas experiências com uma criança, a fim de salientar o método indireto proposto por ele:

“Pede-se a uma criança a tarefa de desenhar. Quando ela interrompe a atividade e manifesta, abertamente, sinais de saturação e reações afetivas negativas para com seu trabalho, explica Vygotski (1994b), “tentamos obrigá-la a levar adiante

sua atividade com o objetivo de saber por que meios seria possível conseguir isso dela”. Teria sido possível, à semelhança do que ocorre com essas mesmas experiências empreendidas com crianças deficientes, limitar-se à perspectiva de “revitalizar a situação” por meio da troca alternada de lápis por pincéis, de papel por um quadro, de giz de cera preto por giz colorido. Tudo isso para tornar mais atraente a situação e prolongar a atividade. Mas, para a criança “normal”, explica Vygotsky, essa não foi a única via possível. Foi suficiente, inclusive, modificar o sentido da situação, sem qualquer alteração: bastou solicitar à criança - que havia interrompido o trabalho - para mostrar a um colega como deveria proceder no desenho. Ao tornar-se, por sua vez, experimentadora e instrutora, ela continuou o trabalho precedente, mas a situação havia adquirido, para ela, um sentido completamente novo. Foi possível, até mesmo, retirar de suas mãos, sem qualquer consequência inibidora sobre sua ação, todo tipo de material que pudesse tornar a situação atraente. O resultado é significativo: o sentido da situação determinava totalmente para a criança a força da necessidade afetiva independentemente do fato de que essa situação ia perdendo, progressivamente, todas as propriedades atrativas oriundas do material e de sua manipulação direta. Assim, conclui o autor, conseguimos influenciar “de cima, pela afetividade”, o desenvolvimento da criança, o que não foi o caso da criança deficiente” (Clot, 2010).

Aqui, a mudança de endereçamento e de destinatário da atividade constitui a mola propulsora central e, até mesmo, a energia motriz do novo impulso ou da retomada da atividade que se desenvolve no interior de um conflito que ela mediatiza. Essa atividade está dirigida, simultaneamente, para seu objeto e para a atividade dos outros que incide sobre esse mesmo objeto.

Portanto, esta atividade é triplamente dirigida: para o objeto imediato da ação (o desenho), para o outro colega, assim como para o próprio sujeito. E cada uma dessas

direções de atividade pressupõe as outras duas. Como foi observado, a atividade é sempre *mediatizada*, mas também *mediatizante*.

Mediatizante pois é uma atividade voltada, simultaneamente, para seu objeto e para a atividade dos outros que incide sobre esse objeto, uma atividade que intervém, igualmente, nas relações entre eles e, que pode, ser capaz de desenvolvê-las. Vimos que a atividade é endereçada. Tendo se tornado instrutora, a criança se encontra em uma posição subjetiva diferente que altera o sentido da situação ao ponto de afetar em cascata, a organização de sua ação de desenhar. Pois a ação agora é realizada através da linguagem, instrumento psicológico que reveza e garante a sustentação de instrumentos de ação: mostrar é fazer e dizer, desenhar e comentar (Clot, 2010).

A organização do sistema instrumental da atividade mediatizada é afetada pela atividade mediatizante em sua própria composição, as hierarquias podem ser alteradas. O funcionamento do gesto é suscetível de ser deformado e reordenado; e os automatismos que evidentemente eles conservam, invariantes operatórios da ação, assumem novas funcionalidades engendradas pelas finalidades renovadas da ação (Clot, 2010).

Pode-se dizer que houve um desenvolvimento *na* atividade dirigida, sendo o seu funcionamento recategorizado no âmago de uma nova atividade.

Levando esse processo em conta, o objetivo da clínica da atividade é duplo: desenvolver os meios para ação e tomar esse mesmo desenvolvimento como objeto central da pesquisa. O desenvolvimento, nesta abordagem, se caracteriza por uma alteração na própria estrutura do comportamento, constituindo um processo dialético complexo caracterizado pela desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra e embricamento de fatores internos e externos (Vygotski, 1991).

CAPÍTULO III

OFICINA DE FOTOS: A LÂMPADA DE PROVA

A lâmpada de prova é utilizada pelos eletricitistas para testar a voltagem das instalações. Trata-se de uma lâmpada de 220 V num soquete com duas pontas de prova, com isso, pode-se verificar qual a tensão no ponto de instalação. É um instrumento de teste, que faz com que o eletricitista não erre quanto a tensão da instalação que irá realizar. Aqui, proponho-me a relacionar a lâmpada de prova à um novo método que está sendo utilizado principalmente no Brasil, a partir do trabalho realizado por Osorio (2010) em um Hospital Público no Rio de Janeiro, em 2005. Sob a ótica da Clínica da Atividade, a Oficina de Fotos assume um papel importante, pois traz também o trabalhador para o lugar de analista do trabalho, propiciando o diálogo e o desenvolvimento do ofício. A lâmpada de prova verifica, permitindo a tomada de decisões, a segurança.

3.1 A Oficina de Fotos como método de análise da atividade de trabalho

A escolha pela Oficina de Fotos deve-se ao manejo coletivo que ela propõe, sendo um procedimento diferenciado com relação à autoconfrontação cruzada, método preferencial na atualidade para Yves Clot (2010). As imagens na Oficina de Fotos, são produzidas pelos próprios trabalhadores e não pelo analista do trabalho e sua equipe⁷. Inspirada nas experiências de autoconfrontação cruzada propostas pela Clínica da Atividade, o objetivo deste dispositivo é disparar, através de imagens, questionamentos e reflexões acerca da atividade de trabalho.

7 Na autoconfrontação cruzada, proposta por Clot e Faïta, há a gravação em vídeo, feita pelos pesquisadores. No Brasil, temos o exemplo do trabalho realizado no Rio Grande do Sul, por Fernanda Amador, onde os próprios trabalhadores gravavam vídeos do seu trabalho com a câmera filmadora.

Por ser um método onde os próprios trabalhadores produzem as imagens do trabalho, entendemos que isso faz com que essa a participação direta dos trabalhadores seja ainda mais intensa. Ao nosso ver, eles são chamados a um lugar que lhes demanda inventar os seus caminhos sem ter que tudo explicitar aos pesquisadores (Osorio, 2011).

É importante destacar que a oficina de fotos é um dispositivo que está sendo construído a partir das experiências *com* os trabalhadores. Não existe, portanto, um roteiro de ações que devem ser seguidas, uma técnica a reproduzir, o que estaria em discordância com a própria Clínica da Atividade e com o que acreditamos ser um instrumento potente de transformações dos ambientes de trabalho. Existem, sim, direções, orientações e princípios, que norteiam nossas ações como analistas do trabalho, em nosso objetivo de auxiliar os trabalhadores na análise de suas atividades, possibilitando a ampliação de sua capacidade de ação e a transformação dos cotidianos de trabalho que produzem adoecimento.

Desse modo, o trabalhador que produz imagens do seu trabalho, assume uma posição de protagonista da ação, favorecendo um diálogo interno, onde os diferentes modos possíveis de enfrentamento do real da atividade são postos em debate, posteriormente, desenvolvendo o gênero profissional e ampliando suas possibilidades como instrumento para a ação de cada um.

Assim, esse método favorece a tomada de decisões, que só será possível quando o trabalhador tem como tarefa definir o que fotografar, o que não fotografar, como fotografar, quando fotografar, onde fotografar. Este debate se dá, principalmente, entre os pares de trabalho, mas também entre o trabalhador e ele mesmo. Além disso, é também uma atividade dirigida a interlocutores presentes ou virtuais - para o pesquisador, para os outros grupos de trabalho, para seu supervisor.

A propósito, é um método dialógico destinado a desenvolver o poder de agir dos interlocutores sobre o trabalho e sobre eles mesmos.

A principal referência teórica desta experiência é a clínica da atividade, que propõe uma metodologia de pesquisa-intervenção em que o trabalhador é protagonista da análise do seu trabalho (Osorio, 2011).

Uma das contribuições da Clínica da Atividade pode-se dizer que é uma reconceituação da questão da observação. Não é o contrário da ergonomia. Está em companheirismo com a ergonomia. Simplesmente é uma concepção psicológica da observação, que mostra que quando se observa isso deixa traços junto ao observado. E o analista do trabalho vai se servir desses traços deixados junto ao observado para fazer a análise (Clot, 2010, p.224).

A observação inicial já é provocadora do diálogo. No desenvolvimento da análise, com o uso dos instrumentos metodológicos como a autoconfrontação cruzada e a Oficina de Fotos, a observação continua presente, mediada pela imagem produzida. No debate demandado pela situação de pesquisa, os trabalhadores se observam e são observados, pelos pares e pelo pesquisador. Vários saberes se alimentam das concordâncias e divergências que surgem (Osorio, 2011).

Esse diálogo entre o grupo de trabalho, que traz à tona a situação de trabalho fotografada, produz algo novo, pois dispara um diálogo interno e uma análise coletiva da imagem produzida, que é escolhida por eles.

Nas oficinas que realizamos, esse *olhar as fotos* se dá em grupos ou pares. Então, a foto produzida é apresentada aos demais participantes da oficina, pares e pesquisador, surgindo comentários que são suscitados ali mesmo, sutilezas, paradoxos, complexidades do trabalho que vão se sucedendo no foco da atenção do autor inicial da foto e do grupo que analisa (Osorio, 2011).

No ato de fotografar, o trabalhador passa por um debate que é profícuo, pois a fotografia exige várias escolhas. Nessa produção das fotos faz-se necessária uma escolha dentre outras tantas. O que será fotografado? Situações de trabalho, colegas? O rosto pode aparecer? E o uniforme? Pode fotografar paisagem? E os aspectos degradados e precários das condições de trabalho? Essas foram questões que vieram a tona, sobre o modo de como serão construídas as imagens, que poderão dizer o que dá sentido no trabalho em foco, produzindo aí outros sentidos.

Além disso, temos observado que a fotografia porta uma característica particular em ser mais lúdica e mais próxima da realidade dos trabalhadores analisados. Normalmente, a foto é produzida por máquinas simples e celulares, o que faz esse método de análise ser mais acessível atualmente, na realidade dos trabalhadores em questão.

Logo após a primeira etapa da oficina, onde são organizadas as formas em que as fotos serão tomadas, os trabalhadores produzem as fotos que serão analisadas pelo grupo posteriormente.

As fotos produzidas, em um segundo momento, são apresentadas ao conjunto de participantes, fazendo com que haja uma discussão acerca da escolha da foto, do que chama mais atenção, enfim, a análise do trabalho é posta em jogo.

Neste momento, a Oficina de Fotos nos convoca a uma atividade sobre a atividade cotidiana de trabalho. A entrada do pesquisador como destinatário provoca no trabalhador uma mudança de direção: agora ele deve falar do seu trabalho ao pesquisador, explicar os mínimos detalhes e justificar a escolha da foto. Além do mais, ainda há outro mediador, a própria máquina fotográfica. Esta passa de artefato a instrumento (Rabardel, citado por Clot, 2006, p.67), quando se interpõe no olhar do trabalhador para seu trabalho; quando se destina a fazer fotos que serão apresentadas

aos pares e ao analista do trabalho. Ao fazer as fotos, já está presente, como preocupação, o uso a que elas se destinam (Osorio, 2011).

Em um último momento, se discute a possibilidade de mostrar as fotos escolhidas para outros grupos de trabalhadores, do mesmo ofício ou não, ou aos seus supervisores e gerentes, buscando favorecer a ampliação do poder de ação dos trabalhadores sobre seu ambiente de trabalho.

A atividade de análise é mediatizada pela fotografia. Nesta metodologia, o pesquisador provoca uma replicação da experiência vivida (Clot, 2010, p.193). Ela também é mediatizante dos conflitos da atividade cotidiana de trabalho (Osorio, 2011).

Desse modo, a noção de atividade se define como maior do que a tarefa efetuada. Para realizar o seu trabalho, os trabalhadores fazem escolhas, tomam decisões, improvisam, o que só se efetiva com desvios criativos que viabilizam a realização da tarefa prescrita. Assim, a atividade exige a mobilização dos trabalhadores num meio de variação constante. Ela é constituída pelas tensões que o trabalho vivo atualiza entre iniciativas concorrentes (Clot, 2006).

A Clínica da Atividade parte de uma concepção das relações entre o sujeito individual e coletivo na qual se destaca a importância da conflituosidade social como forma de desenvolvimento. Há um encolhimento do funcionamento psíquico quando a sociedade se torna monológica, deixando de oferecer a energia conflitante que alimenta a vitalidade do diálogo (Clot, 2010).

Ao propormos o método da Oficina de Fotos, estamos fazendo com que esse diálogo conflitante apareça, mediado por vários interlocutores, fazendo com que o trabalhador se coloque como protagonista da ação.

Trata-se sempre de um trabalho coletivo que incide sobre o desenvolvimento da atividade comum, ou, dito de outra maneira, sobre a atividade mediatizante de cada

sujeito com os outros – às vezes, contra os outros-, mas sempre para além dos outros em direção do real. Como todo o dispositivo, seja instruções ao sócio ou autoconfrontação cruzada, a Oficina de Fotos se dispõe a restaurar o poder de agir dos profissionais em situação real.

3.2 Quando os outros olham outros de si mesmos

“Ninguém entra em um mesmo rio uma segunda vez, pois quando isso acontece já não se é mais o mesmo, assim como as águas que já serão outras.”
(Heráclito de Éfeso)

É com a citação deste trecho de Heráclito, filósofo pré-socrático considerado o pai da dialética, que definimos, de antemão, a experiência da Oficina de Fotos com os eletricitistas. Sem dúvidas, foi uma experiência única, com todos os questionamentos, angústias, afetos e recaídas, que uma pesquisa de intervenção nos coloca.

Antes de iniciar a fala dos outros que olham outros de si mesmos, preciso aqui colocar uma inquietude: qual minha implicação no ofício e no grupo escolhidos para a intervenção?

Segundo Lourau (1975), estar implicado – ou seja, realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações - é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc.

Para este autor, a análise de implicações se constitui no “escândalo da Análise Institucional”, por colocar em xeque o lugar sagrado e inquestionável dos chamados especialistas.

Consideramos que todo o processo de pesquisa intervém, participa de uma realidade que não é jamais estática e inacabada. A intervenção significa que o pesquisador é ao mesmo tempo, técnico e praticante (Lourau, 1993).

A participação referida acima que o pesquisador tem, na produção da realidade que pesquisa, deve ser analisada. A esta questão, Lourau trata afirmando que devemos analisar as nossas implicações, ou melhor, análise do lugar que ocupamos, ativamente, neste mundo. Especificamente em relação ao pesquisador, o lugar que ele ocupa na pesquisa, não fazendo um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção de conhecimento.

Observamos então, a partir dessa questão da implicação que colocamos, uma oposição à questão colocada pela ciência positivista de “neutralidade” uma vez que acreditamos que no momento em que a pesquisa é implantada, o pesquisados e os seus objetos de pesquisa se modificam.

A partir de uma certa influência fenomenológica, Lapassade e Lourau propuseram a pesquisa-intervenção, onde as noções de sujeito e objeto, de pesquisador e campo de pesquisa são colocadas em análise. Segundo tal formulação, essas noções se criam ao mesmo tempo, num plano de imanência, onde as práticas produzem os sujeitos, os objetos, os pesquisadores e os campos de pesquisa, não havendo determinações causais de uns sobre os outros. Assim sendo, teorias e práticas são sempre práticas:

“A pesquisa-intervenção, ou apenas a intervenção, como procedimento de aproximação com o campo, mostramos que ambos – pesquisador e pesquisado, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento – se constituem no mesmo momento, no mesmo processo”. (Barros, 1994,p.309)

Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam, é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção de ser bem sucedida.

A análise de implicações nos retira dos portos seguros, dos caminhos lineares e conhecidos, da paz das certezas, nos jogando em alto mar, no turbilhão das dúvidas, da diversidade e dos contornos indefinidos. Um dos efeitos políticos presentes na ferramenta da análise de implicações é, portanto, a problematização das relações de saber/poder, visto que ela aponta para o lugar instituído de onde falamos quando, com nossas práticas especialistas, legitimamos a divisão social do trabalho no capitalismo.

O trabalho de intervenção junto aos eletricitistas me remeteu a este conceito de análise de implicações, pois a todo momento me via comprometida com o trabalho deles e a posição de “psicóloga” era a todo momento transformada em várias, ora acadêmica, ora psicóloga do trabalho, ora psicóloga clínica. Eu mesma já não era a mesma, era várias.

O grupo de eletricitistas escolhido é denominado como “Eletricitistas de Corte e Religação”. Minha escolha foi motivada por muitas questões, mas a principal era que esse grupo, na época em que eu trabalhava com eles, era o grupo que mais se afastava por doença. A maioria dos afastados era diagnosticada por “Afastamento por doença mental”. Síndrome do pânico, Transtorno de Stress pós traumático, Burnout, eram os

diagnósticos mais frequentes⁸. Outra questão que motivou minha escolha foi a especificidade da tarefa deste grupo. É uma área que é dividida em dois tipos de serviços, o Corte – que corta a energia elétrica dos domicílios, supermercados, lojas e empresas, e a parte de Religação – que religa a energia elétrica após devido pagamento da dívida. Existiam outras áreas de atuação que poderiam ser escolhidas, como a Normalização, que é responsável por normalizar a rede elétrica quando alguma alteração acontece, ou a área de Novas Ligações, que é responsável pela implantação de projetos de postes em novas residências e condomínios.

Em algumas reuniões feitas com o grupo escolhido (Corte e Religação) durante o tempo que estive na empresa, muitos relatavam que cortavam a luz de pessoas conhecidas, por se tratar de uma cidade pequena, com características de cidade-interior. Isso os angustiava demais e os deixava muito perplexos e inquietos, pois nada podiam fazer. Segundo este grupo, eles faziam um esforço muito grande para fazer esse tipo de tarefa, principalmente quando o morador era uma pessoa humilde e sem condições de sanar a dívida. Muitos, inclusive, relataram que já cortaram a luz de próprios familiares, por morarem na rota de serviço estabelecida.

E as equipes de Religação, ao contrário, se sentiam úteis em realizar um serviço que levava a religação da energia elétrica nas casas, fato que fazia com que eles ficassem “felizes” e “realizados”.

Conforme já explicitado, são eletricitistas que são terceirizados por uma empresa que presta serviços de energia elétrica para outra empresa, a concedente dos serviços. Portanto, a autorização para a pesquisa teve que vir das duas pontas de produção, a empresa terceirizada e a empresa concedente. Como eu já havia trabalhado na empresa terceirizada como psicóloga do trabalho, não tive problemas com a liberação da

⁸ O número exato de afastamentos na época não foi disponibilizado pela empresa. De acordo com o que foi passado para a área de Saúde Ocupacional, o número era significativo neste determinado grupo.

pesquisa. O único pedido foi que eu respeitasse os horários, pois os eletricitas tinham metas diárias e não poderiam sair muito tarde para a rua, para realizar os cortes e as religações. Faltava a outra parte, a empresa concedente. Após revisar alguns contatos meus, consegui o contato com a coordenação de Segurança do Trabalho, e foi por essa via que consegui a autorização. Confesso que pensei que não seria fácil, mas a autorização veio de pronto.

Fui liberada para tratar as informações da pesquisa direto com o gerente da área de Corte e Religação, para agendamento dos dias, horários e eletricitas escolhidos. Elaboramos um cronograma de intervenção que duraria um mês. Foram escolhidas seis equipes, cada equipe composta por dois eletricitas, sendo o total de doze eletricitas.

Apresentamos o trabalho que pretendíamos realizar, explicando que estávamos propondo uma pesquisa acadêmica com a metodologia da Clínica da Atividade e o método da Oficina de fotos e que, para tanto, iríamos analisar o processo de trabalho utilizando fotografias, tiradas pelos próprios trabalhadores.

3.3 Apresentação da pesquisa

Inicialmente, optei por realizar a Oficina de Fotos com outra pesquisadora, no intuito de ter uma outra visão sobre a intervenção proposta. É uma pesquisadora que já havia tido contato, em outra oportunidade, com os trabalhadores de energia elétrica e veio para ajudar-me nos encontros e no manejo da Oficina de Fotos. Em um primeiro momento, essa escolha se deu por uma certa afinidade desta com o próprio método, já que ela também o utilizou como intervenção e pesquisa.

Logo na primeira visita, deparamos-nos com as dificuldades com relação ao tempo de realização do trabalho. Muitos chegaram atrasados e alguns não foram. No primeiro dia, tivemos uma pequena surpresa - na hora da apresentação inicial da

pesquisa, esteve presente a todo o momento o supervisor da empresa terceirizada, que é a pessoa responsável pela parte administrativa dos trabalhadores. Decidi mantê-lo neste primeiro momento, pois acredito que se eu pedisse para se retirar ele ia ficar com uma ideia negativa do que foi proposto. Decidi conversar com ele depois do primeiro encontro para sanar algumas dúvidas e combinar somente a participação dos eletricitas. Neste dia, a recepção por parte do grupo foi um pouco receosa, eles ficaram um pouco desconfiados com a nossa apresentação, fizeram algumas perguntas sobre as fotos e o que nós iríamos fazer com elas. O pacto inicial foi que no próximo dia eles chegariam mais cedo para termos mais tempo de discussão e que o supervisor não iria participar das atividades. Somente no final desse primeiro encontro eles se demonstraram mais entrosados e motivados a participarem da pesquisa. Acredito que essa mudança de atitude se deu com uma atividade de apresentação proposta no fim. Esta atividade consistiu em uma breve apresentação de cada participante, relatando suas expectativas quanto à Oficina de Fotos proposta.

Apesar da euforia deles no final da apresentação, sentimos que o grupo ainda precisava se sentir mais seguro para realizar a Oficina de Fotos. A maioria não interagiu e quase não falava. Vimos que o cronograma teria que ser expandido, pois a demanda inicial ainda não estava clara. O cronograma foi renegociado com o grupo e com o supervisor, a ideia era que a Oficina durasse mais algumas semanas.

Nesse contexto, era preciso produzir a demanda, que a princípio era da pesquisadora, só.

Baremblytt (1992, p.169) afirma que o pedido nunca coincide com a demanda, devendo ser decifrado com base nela, pois “seu sentido varia segundo qual seja o segmento organizacional que a formula”.

Com efeito, o pedido pode efetivamente ser formulado a partir de diferentes

“lugares” institucionais:

- 1) a hierarquia superior de uma dada organização de trabalho;
- 2) o trabalhador (localizado em diferentes níveis de hierarquia na organização de trabalho) que se encontra em formação e que faz coincidir seu projeto de trabalho monográfico de pesquisa com uma dada realidade vivida em seu espaço de atuação profissional.
- 3) o pesquisador, que pode (ou não) coincidir com o trabalhador.

Tal diversidade de lugares institucionais não deixará de ser significativa para a análise da demanda.

Analisar a *demanda* de um grupo é, portanto, uma parte importante de uma intervenção, pois através da análise das condições nas quais está imerso, esse grupo conseguirá entender quais são suas reais necessidades – o que pode diferir em muito das necessidades socialmente instituídas.

Para atingir esse objetivo, era preciso utilizar processos de *auto-análise* e *autogestão*, processos voltados para garantir que o trabalhador possa ocupar novamente o lugar de sujeito de sua trajetória:

“A auto-análise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida” (Barembliitt, 1996).

Esse processo é realizado dentro do próprio grupo e pelo próprio grupo, e permite aos sujeitos participantes avaliar as condições nas quais estão inseridos e buscar soluções para seus problemas.

3.4 Discutindo expectativas

No segundo dia da intervenção propusemos uma atividade de apresentação mais extensa, onde os participantes teriam que responder em um papel ofício algumas perguntas: O que eu sou? O que eu faço? Onde estou? Para onde vou?

Eu e a outra pesquisadora nos propusemos a participar também da atividade, respondendo às mesmas perguntas. A intenção era que eles produzissem alguma questão acerca da vivência deles no grupo, bem como sua implicação no mundo.

Quando todos terminaram de responder, pedimos que apresentassem para todo o grupo o que haviam colocado:

*“ R: **Quem sou eu?** A. Tenho 47 anos. **O que eu faço?** Sou eletricista e procuro fazer tudo para esclarecer o cliente da melhor maneira possível. **Onde estou?** Maricá, RJ. **Para onde vou?** O destino melhor fica na mão de Deus, vou continuar a trabalhar no que eu eu gosto.”*

*“ L: **Quem sou eu?** G., 33 anos, eletricista e tenho uma filha. **O que eu faço?** Trabalho cortando a luz das pessoas. **Onde estou?** No momento estou parado no tempo, por que esse lugar aqui... **Para onde vou?** Buscar melhoria na minha vida pessoal e na carreira profissional.”*

*“ R: **Quem sou eu?** R. Tenho 30 anos, moro em Maricá, não bebo, não fumo e sou um cara bem eclético. **O que eu faço?** Sou eletricista e trabalho no fim de semana como segurança. **Onde estou?** Em Maricá, atualmente morando só, passando por alguns problemas mas vai melhorar. **Para onde vou?** Pretendo me especializar na profissão e fazer o meu curso de eletrotécnico.”*

Nessa atividade de apresentação, observamos um grande entrosamento dos trabalhadores. Neste dia estavam mais relaxados e tranquilos, pois o clima era bastante

amistoso. Questões relacionadas com a profissão sempre eram lembradas, bem como a questão de cortar e religar a luz das pessoas. Aos poucos, sentimos que os participantes ficaram mais liberados ao falarem sobre si mesmos e sobre o trabalho que lá faziam. Alguns sentiram um pouco de dificuldade, mas logo se deixaram levar pelo grupo. O interessante é que esse tempo e esse espaço se tornaram o único espaço para falarem e debaterem coisas do cotidiano de trabalho, dúvidas, questões sobre carga horária de trabalho, hora extra, etc. Entre uma fala e outra, sempre aproveitavam uma brecha para discutir algumas questões pertinentes do trabalho.

3.5 Produzindo mais diálogos

No terceiro dia, para continuar alguns debates sobre o contexto de trabalho, convidamos os participantes a se apresentarem por uma dinâmica conhecida como **curto** e **não curto**. Nessa dinâmica, entregam-se dois dados grandes ao participante. Em um dado está escrito, em três faces, **curto** e nas outras três **não curto**. No outro, **faço** e **não faço**. Cada participante deveria lançar ambos os dados simultaneamente e falar ao grupo de algo em seu trabalho que gosta de fazer e que efetivamente realiza; ou de alguma coisa de que gosta, mas não pode realizar; e assim por diante, de acordo com todas as possíveis opções de combinação no lançamento dos dados.

Fizemos uma roda com todos os eletricitas participantes e iniciamos a roda de “quebra-gelo”:

*“L: O que eu **faço** e **curto**? Uma coisa que eu curtia e não conseguia fazer mas hoje eu já **faço** é conseguir fazer o serviço no tempo e na forma que a empresa quer. Eu gosto do que eu **faço** e consigo fazer. Às vezes você gosta de fazer uma coisa mas você não consegue ter o êxito na tarefa.”*

Aqui vimos a satisfação do electricista ao falar o que gosta de fazer e que faz. É o que, na linguagem cotidiana, chama-se de “trabalho bem feito”, aquele em que é possível *reconhecer-se* individual e coletivamente, sintonizado com uma história profissional que se persegue e pela qual cada um se sente responsável:

“Vamos situar-nos, agora, do ponto de vista do sujeito: ele é o centro da alternância funcional que opõe o poder de agir a ele mesmo, “incorpora” e integra – no duplo sentido do termo- sua atividade, não sem resíduos, que são outras tantas possibilidades não realizadas. Ele transforma seu organismo fisiológico, quase sempre, à sua revelia, em um corpo próprio vivido, verdadeiro órgão funcional de sua atividade.” (Clot, 2010, p.19).

De modo que transformar o trabalho é também cuidar dele. Fazer um bom trabalho é fonte de saúde. Criar situações e encontrar técnicas nas quais se transformem os trabalhadores em sujeitos da situação, fazendo-os protagonistas da transformação. Eles é que são os autores da transformação. Desse modo:

“Quando digo cuidar do trabalho, em francês, tem um duplo sentido: transformar o trabalho, mas também, em francês, fazer um bom trabalho (du bon boulot), é a qualidade do trabalho bem feito que é uma fonte de saúde. E, poderíamos dizer, para que a organização do trabalho apreenda o vivo (sur le vif) que os trabalhadores são seres humanos responsáveis por aquilo que fazem, o que não é fácil de ser colocado em evidência (...). Para que eles apreendam isso em toda sua importância é necessário fabricar métodos que mostrem isso, fabricar métodos que mostrem que os trabalhadores são capazes de transformar o trabalho” (Clot, 2007, p.18).

O desenvolvimento do poder de agir efetivo implica, portanto, os valores de eficiência e não somente os do sentido, em um jogo de alternâncias não preditivo, mas explicável. Isso ocorre até na criação artística (Clot, 2003c, p.21-24).

Em tensão com os sentidos, a economia dos meios permitida pela renovação das técnicas é, dessa maneira, a segunda força motriz da disponibilidade da ação ou, dito por outras palavras, do desenvolvimento do poder de agir. É ela que torna outros objetivos efetivamente realizáveis, e por um custo menor, confirmando que a *eficácia dinâmica do trabalho bem feito* não consiste em realizar a ilusória adequação entre os fins e os meios; nem sequer em conseguir apenas o que havia sido previsto. Ela consiste também em ser capaz de imaginar outra coisa com os meios que se tornaram disponíveis. É esse o motivo pelo qual o fato de poupar-se, para o trabalhador, pode aparecer como uma condição de irradiação de sua atividade (Clot, 2010, pg.18).

*“L: O que eu **faço** e **curto**? Eu faço hora extra, curto fazer, mas não recebo.”*

Nesse dia comentaram bastante sobre as horas extras que faziam mas não recebiam. Foi um desabafo, momento em que todos discutiram sobre esse evento que vinha acontecendo nos últimos meses. A insatisfação era visível e houve um momento em que tornou-se necessário parar a atividade de “quebra-gelo” e discutir sobre essa questão:

“F: Nós chegamos em um ponto que não estamos curtindo nada e fazendo tudo. A gerência só sabe cobrar serviço e meta e não sabe pagar.”

*“A: **Não curto e faço**: ontem eu e meu parceiro pegamos uma situação na rua que me deixou bem chateado. Uma senhora que nós cortamos a luz, chorando pedindo pra gente não cortar, com três crianças pequenas, dizendo que não tinha como pagar a conta e chorando muito. Tem lugar que a gente vê uma casa boa, toda equipada com um “gato” enorme e a gente não pode fazer nada. Foi muito difícil, na hora eu e ele ficamos sem saber o que fazer. Então, eu não curto cortar a luz dessas pessoas, mas tenho que fazer.”*

Aqui prevalece o sentimento de impotência perante esta situação. Impotência de não poder ter a escolha de não cortar a luz e impotência de não poder denunciar o furto de energia das casas de classe média. Vimos aí, a amputação do poder de agir, atividade desvitalizada e desafetada, que despotencializa sua ação no trabalho:

“A ação prevista, depois de ter sido realizada, e o desempenho confirmado podem, inclusive, deixar de ter qualquer função psicológica para os sujeitos se eles não se reconhecem nessa ação. A meta do trabalho exigido se torna, então, psicologicamente alheia à atividade dos sujeitos, cujo objeto está em outro lugar” (Clot,2010).

Impõe-se aos trabalhadores uma inatividade mais custosa que a própria tarefa prescrita, gerando uma tensão que, ao não se dissipar em ação, torna-se fatigante (Clot, 2006b). Nessa situação, enraíza-se a amputação do poder de agir, ou seja, essa queda de vitalidade e esse desinteresse pela atividade tão perigosas para a saúde.

Diante deste contexto, o gênero profissional desses trabalhadores torna-se cada vez mais fragilizado, pois os recursos de que comumente lançam mão para lidar com as situações cotidianas de trabalho, com tantas situações em que é preciso *dar um jeitinho*, ou até mesmo abrir mão de valores pessoais a favor da organização, tornam o trabalho muitas vezes doloroso. Tendo que conciliar o inconciliável (Clot, 2006b), sem os recursos necessários para agir, os trabalhadores têm seu poder de ação diminuído, o que acarreta um sofrimento paralisante.

Trabalhar sobre essas condições é ter sua atividade impedida. E como nos alerta Clot (2006b), a inibição de sua ação pode ser tão desgastante quanto à própria atividade do sujeito.

Tentar amputar do trabalhador seu poder de criação acaba por desembocar “num esforço mais dissociativo, mais fatigante e mais extenuante que se possa encontrar [...], o esforço não é só o que este homem faz para seguir a cadência, é igualmente aquele com que ele deve consentir para reprimir sua própria atividade” (Wallon, apud Clot, 2006, p. 14). Entendemos que é essa tentativa de imobilizar os movimentos de criação do trabalhador que produz a naturalização da relação sofrimento-trabalho, pois “a calibração dos gestos é uma amputação do movimento” (Clot, 2006, p. 14). O sofrimento surge, então, do esforço deste trabalhador para colocar “entre parênteses” a riqueza de suas atividades.

É esse gesto ao mesmo tempo prescrito e interdito que mais custa ao trabalhador. Sem poder aboli-lo, procura-se pôr sua atividade entre parênteses. Na realidade, ela é somente levada a gerar sofrimento. “[...] A fusão imaginária do homem e da máquina desemboca então paradoxalmente na impossível identificação do sujeito com os atos a ele prescritos. [...] é impossível, para a produção, absorver toda a atividade pessoal do sujeito em operações elementares. Ninguém tem o poder de aniquilar a atividade pessoal do trabalhador. Na melhor das hipóteses, ela é deslocada ou alienada” (Clot, 2006, p. 14).

Para Vigotsky (apud Clot, 2010), o fracasso desse movimento funcional do sujeito é indicado pela doença psíquica sob suas variadas formas. Na doença, a experiência vivida deixa de ser o meio de viver outras experiências. Encarcerada, sedentária e desligada, a atividade imposta se torna *intransformável*.

3.6 Experimentando a fotografia

Como os participantes já estavam bastante entrosados, principalmente com as pesquisadoras e a própria pesquisa, sugerimos fazer uma apresentação sobre Percepção⁹ no 4º encontro do grupo. Nosso objetivo era fazer com que eles vissem além das imagens, aguçar a leitura fotográfica para, assim, iniciar a Oficina de Fotos. Levamos uma apresentação sobre figuras ambíguas e de figura e fundo, fato que se revelou bem interessante no decorrer da apresentação. Percepção que vai além da imagem. Acharmos que era preciso que eles saíssem dali com outro olhar sobre as coisas e, principalmente, sobre o trabalho deles.

O maior objetivo era intensificar suas sensações e o julgamento que faziam da realidade. Foi um dia bem divertido e fez com que eles já começassem a pensar nas fotos, que seriam tiradas na próxima semana. No final da apresentação distribuímos as duplas para o dia em que tirariam as fotos. Cada dupla poderia tirar quantas fotos achasse necessárias. Cada dupla ficou com um aparelho celular, que na sua maioria era deles mesmos.

3.7 Divisão das fotos e dos dias de análise

No quinto dia de pesquisa reunimos todos os eletricitas participantes da pesquisa para descarregar em um único computador todas as fotos produzidas. Também foi feita a divisão dos dias e das duplas que iriam escolher as fotos que seriam mostradas para o grupo todo em um outro momento. A maioria das fotos foram tiradas pelo celular e alguns não levaram o cabo para descarregar as fotos.

⁹ Figuras ambíguas e de figura e fundo. Para a teoria da Gestalt, o todo é maior do que a soma das partes que o constituem. São levados em conta a tendência de organizar as percepções do objeto sendo visto e do fundo sobre o qual ele aparece. A figura seria aquilo que procuramos ou voltamos a atenção e fundo seria o contexto no qual a figura está inserida.

3.8 Seleção das fotos do 1º grupo

No quinto dia, iniciamos a análise das fotos entre duas equipes, na escolha das fotos. Cada equipe explicava e escolhia se iria ou não mostrar para o grupo todo em outro dia.



Foto 1: *“E: Essa é a nossa pausa para o almoço com essa paisagem bonita, é o único momento que temos para descansar também. Acho importante mostrar essa foto para todo o grupo. Todos nós não abrimos mão da nossa hora do almoço.”*

Na perspectiva da Clínica da Atividade, o sujeito constrói aí seus instrumentos, além de se reconstruir não por viver simplesmente em seu mundo, mas por produzir um mundo para viver. Seu poder de agir é conquistado junto aos outros e aos objetos que os reúnem ou os dividem no trabalho comum (Clot, 2010,p.23).

Cada trabalhador possui um diferente engajamento na sua relação com a empresa e colegas de trabalho. A criação de um espaço coletivo para que essas questões pudessem ser discutidas e analisadas poderia proporcionar aos trabalhadores a

possibilidade de pactuar outras maneiras de fazer e viver o trabalho. O horário de almoço e descanso foi defendido como muito importante, produzindo um momento em comum com o colega de trabalho.



Foto 2: *“A: Esse é o meu parceiro de trabalho. Tirei essa foto porque ele está bem embaixo do transformador, cortando a luz no poste. Nesse caso é um risco a mais que a gente corre, porque passa alta tensão em cima. O certo é colocar a escada no outro lado, mas não conseguimos quase nunca, pois no outro lado tem fios de energia elétrica também, que impedem o acesso.”*

Essa interferência do par/colega de trabalho produz um movimento no diálogo em curso e nos leva a pensar a importância do par especialista na situação de análise em confrontação.

O diálogo entre os trabalhadores possibilita dar visibilidade ao gênero, que é trazido à *cena* pela confrontação do trabalhador com sua própria atividade e com a de outro trabalhador. Esse diálogo permite reviver o gênero, oferecendo aos trabalhadores

a possibilidade de aperfeiçoá-lo. Novas variantes podem surgir, validadas de forma coletiva pelos trabalhadores. O gênero se mantém assim vivo, isto é, servindo como instrumento de ação, quando se transforma alimentado pelas contribuições estilísticas (Clot, 2008).

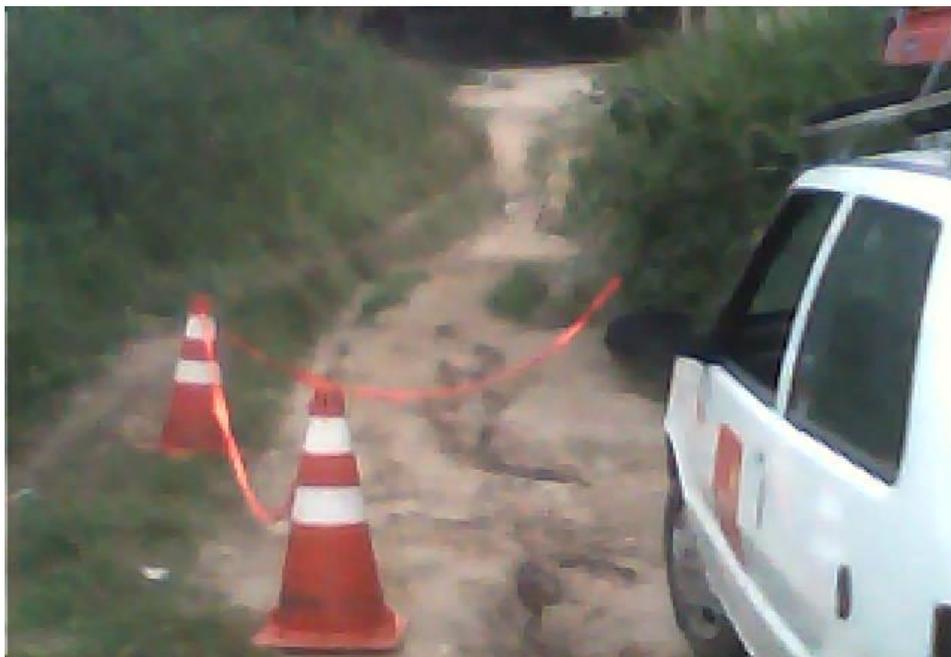


Foto 3: *“A: Situação precária que a gente trabalha. Uma descida com a rua cheia de buraco. Não passa mais carro ali, é quase um rali. A gente perde muito tempo pra chegar nos lugares dos serviços.”*

Aqui, percebe-se que o trabalhador tem uma significativa limitação de atuação. Há uma atividade impedida, que segundo Clot (2006), é aquilo que não se pode fazer, que se busca fazer sem conseguir, enfim, os fracassos ao se tentar realizar a atividade de trabalho.



Foto 4: *“G: Olha a escuridão que a gente trabalha. Quando falta alguém da religião e a gente dá uma força para a equipe. Só que eles não dão pra gente uma lanterna, dizem pra gente colocar o farol do carro mesmo. Muita dificuldade, às vezes a gente faz o serviço com a luz do celular mesmo. Um segura o celular e o outro faz o serviço.”*

Aqui, vemos uma grande insatisfação quanto à estrutura do trabalho realizado. Neste caso, percebemos que a simplificação da atividade, quando reduzida a comandos informatizados, pode criar situações ainda mais complicadas de administrar, em que o trabalhador passa a maior parte do tempo tentando compensar erros e pães do sistema, algo exigido aos operadores da nova “fluidez industrial” (Clot, 2006b, p. 15).

Para Clot (2006b), esta junção: ter que conciliar o inconciliável – regularidade, velocidade, qualidade, segurança – produz efeitos na saúde física e mental dos trabalhadores ainda não avaliados.

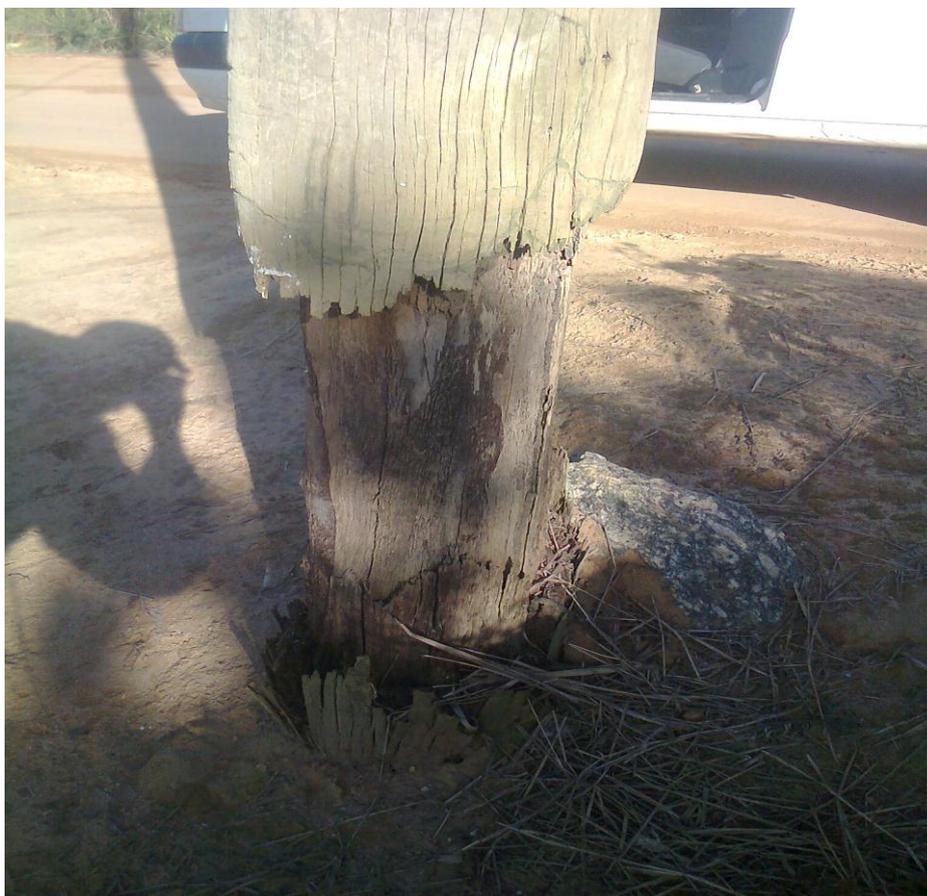


Foto 5: *“G:Nesse poste aí eu não subo. Aí tem que tirar foto para mostrar e justificar porquê não subimos no poste. É tudo muito precário. E este poste funciona, está ligado na rede.”*

Aqui vemos uma denotação da precariedade sentida pelo grupo de trabalhadores, principalmente com relação às condições diárias de trabalho.

Segundo os trabalhadores, às vezes são chamados para executar uma tarefa imediatamente, mas quando chegam no local, veem que o poste está em precárias

condições e, na maioria das vezes, não executam o serviço, para evitar acidente de trabalho.

O trabalho nos coloca a todo instante frente a impasses. Se os trabalhadores não dispõem de recursos para ultrapassá-los, ou de meios para desenvolver tais recursos, estão em situação de atividade impedida.



Foto 6: *“G:Olha a dificuldade que a gente encontra para fazer o serviço. Muito mato,não conseguimos armar a escada, a linha de vida. Na semana passada mesmo, eu caí em um brejo, mas agora já tenho meu macete.”*

São as controvérsias que habitam o ofício. O cuidado no processo de trabalho visa alterar sua organização, busca inventar procedimentos para criar novas situações, produzir aparatos técnicos que transformem os trabalhadores em agentes desta transformação, fazendo-os protagonistas do processo. Eles é que são os autores das

transformações da atividade e não os pesquisadores. A análise do trabalho só se efetivará, assim, como um espaço de *diálogo*, de encontros, de experiência compartilhada, afirmando-se a inseparabilidade do conhecer e fazer (Tedesco, 2012).



Foto 7: *“G: Essa foto mostra as gambiarras que existem nos postes que a gente trabalha. É muito fio de telefone, “gatos” feitos por moradores...Daí nós temos que fazer os **esquemas** para não encostarmos nos fios, é muito perigoso.”*

A defasagem sempre existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real se deve ao fato de as situações reais de trabalho serem dinâmicas, instáveis, submetidas a imprevistos. Portanto, a atividade de trabalho envolve estratégias de adaptação do prescrito às situações reais de trabalho, atravessadas pelas variabilidades e o acaso.

Além disso, essa defasagem entre prescrição e a realidade do trabalho também se deve à diferença entre o discurso produzido sobre a prática e aquilo que os trabalhadores experimentam na prática. Trata-se dos limites das rotinas e protocolos tomados como referência, indicando que há sempre uma parte da atividade que não é traduzida em palavras.

3.9 Seleção das fotos do 2º grupo

Aqui mais duas duplas escolheram as fotos que gostariam de mostrar para o grupo todo, para todos os participantes. Em cada foto que passava eles explicavam e justificavam o motivo da escolha. Mostraram a dificuldade do trabalho, assim como os momentos de descontração. A maioria das fotos foi com intenção de denúncia da precariedade do trabalho, dos postes quebrados, das ruas, dos horários, dos lugares, etc. Neste dia, tivemos uma informação importante de um eletricista:

“ A: Agora uma coisa boa que está acontecendo que eu não sei se faz parte do trabalho de vocês, a partir dessa semana nós não podemos fazer mais de 2 horas de hora extra por dia. Não sei se tem a ver com o trabalho de vocês, mas nós conseguimos que isso fosse feito há algumas semanas. Agora está uma maravilha, comparando com o que nós tínhamos que fazer antes. Agora está ótimo!”

Aqui podemos perceber o quanto a intervenção já traz resultados. De fato, podemos dizer que é o desenvolvimento do poder de agir em situação de trabalho. Restaurar esse movimento exatamente onde ele se encontra bloqueado, incentivá-lo ao promovê-lo e, até mesmo, ao organizá-lo pela multiplicação dos contextos em que ele possa produzir-se, tal é, por consequência, o fio condutor que percorre as páginas seguintes. Esse intuito pode ser afirmado de outro modo ao indicar que se trata

simplesmente do desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos em situação de trabalho.

Procuramos contribuir com as discussões produzindo inquietações em relação às situações fotografadas. São colocadas perguntas como: Como se realiza essa atividade? Como podem se recriar novas formas de fazer? Como vocês agem em frente aos imprevistos? Que outras maneiras de realizar o trabalho mais potentes são possíveis? Nosso intuito, ao pensar com os trabalhadores a forma como realizam suas atividades, colocando-as em debate, era produzir desestabilizações, deslocamentos, desvios criativos e a sua possibilidade do desenvolvimento.



Foto 8: *“A: Isso a gente não faz, o ramal do poste está arrancado. Serviço que não realizamos, o poste do cliente está sem a roldana, é impossível calçar o ramal sem a roldana. Este poste também estava rachado. É o risco que não podemos correr, subir no poste rachado. Neste dia nós não mexemos neste poste.”*

Mais uma vez vimos a denúncia de precariedade dos postes de iluminação, principal meio de trabalho dos eletricitas. Por ser ainda uma cidade do interior, Maricá ainda comporta muitos postes de madeira, e ruas não asfaltadas, dificultando ainda mais a tarefa dos trabalhadores.

Clot (2006) entende a atividade como algo mais do que a tarefa realizada passível de descrição para fins de análise, pois coloca os conflitos do real como fazendo parte da atividade de trabalho. Entendida como se realizando entre intenções concorrentes, a atividade exige a mobilização física e psíquica do trabalhador em face de um meio em constante variação. Assim, para realizar o seu trabalho, o sujeito faz escolhas, antecipações, improvisações e toma decisões, que convocam a subjetividade no trabalho, o que se efetiva como realização de desvios inventivos que permitem que a tarefa prescrita possa ser realizada. Ao discutir a hipótese da função psicológica do trabalho, Clot (2006) faz uma crítica à dicotomia entre vida no trabalho e vida fora do trabalho. Considera o sofrimento do ponto de vista da atividade como efeito de uma atividade contrariada e até reprimida.



Foto 9: *“A: Na realidade, a maioria dos postes está em estado crítico. Chegou em um estado que está tudo deteriorado mesmo. Este poste ainda funciona, está ligado na rede elétrica, mas nós não subimos, de jeito nenhum.”*

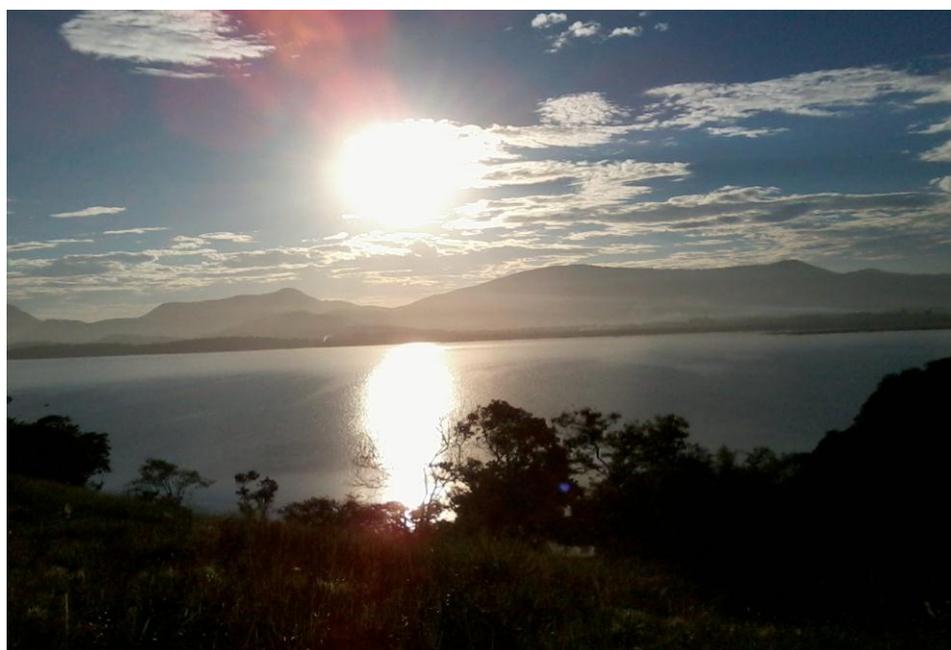


Foto 10: *“J.C: Tirar foto de trabalho em si é deprimente, prefiro tirar foto de paisagem. Gostei muito da paisagem e tirei as fotos no momento de trabalho. É muito*

lugar bonito que a gente passa quando está na rua, trabalhando. Se eu tivesse dinheiro e tempo eu seria fotógrafo. Essa foto foi tirada às 17:15h da tarde, no por-do-sol.”



Foto 11: *“J.C: Essa foto foi tirada na nossa hora do almoço. A gente almoça dentro do carro mesmo, a gente leva marmitta ou compra quentinha e almoça na rua, na maioria das vezes. A gente pára o carro e almoça em qualquer lugar. Quando a gente acha um lugar com sombra e tranquilo é melhor. Nós gostamos de almoçar todos juntos, mas ultimamente o supervisor não tem deixado. É a única hora que temos para bater-papo e descansar.”*

Cabe acrescentar aqui que esse processo se mantém, também, a partir de uma vitalidade dialógica do social, graças à análise do trabalho ao experimentar uma função psicológica do coletivo em situação de trabalho. O que a atividade é capaz de executar, sua potência de ação e sua irradiação, toma de empréstimo os meios de uma história coletiva entendida como história social a prosseguir. Aqui, o gênero profissional é um instrumento decisivo do poder de agir (Clot, 2010, p.35).

O trabalho tomado do ponto de vista da atividade, portanto, porta um paradoxo, uma vez que ao exceder por todos os lados as relações de prescrição, constitui-se como

uma maneira própria que o trabalhador encontra de singularizar o coletivo e, ao mesmo tempo, de coletivizar sua singularidade (Maia, 2006). Estamos afirmando que existe no curso da atividade um processo de coletivização e singularização simultâneo, que faz emergir o que entendemos como trabalhador e como trabalho, uma relação em fundação constante.



Foto 12: *“J.C: Esse aí é meu local de trabalho. Eu sou eletricista reserva e fico esperando um eletricista faltar para trabalhar. Então, na maioria das vezes eu passo o dia sentado na varanda da empresa, ajudando o almoxarife, o supervisor, eu sou o faz tudo, mas eu até gosto sabe, faço tudo nos “conformes”.*”

O sentido da atividade se transforma, então, arrastando em sua companhia um prolongamento possível do raio de ação na esfera profissional que não deixa de estar comprometido – em primeiro lugar, pela imaginação – com novas ocupações. Eis um

processo clássico de estabelecimento de novas ligações na e pela atividade, origem de afetos ativos e de ambições profissionais e colorido de emoções. Essas discordâncias criadoras que transfiguram o dado em criado desorganizam, certamente, o funcionamento familiar dos sujeitos, sem deixarem de ser fontes de energia que “liberam” certa disponibilidade psicológica. Em maior ou menor grau, a emoção marca sua presença (Clot, 2010, p.16).

Assim, trabalho só potencializa a produção de subjetividade quando permite que o sujeito entre no mundo do trabalho cujas regras sejam tais que ele possa se apropriar delas. Sem esse comum o trabalho deixa cada trabalhador diante de si mesmo.

Sendo assim,

“[...] trata-se de fazer uma outra psicologia do trabalho consagrando esforços à busca de um só objetivo: aumentar o poder de ação dos coletivos de trabalhadores sobre o ambiente de trabalho real e sobre si mesmo. A tarefa consiste, então, em inventar ou reinventar os instrumentos desta ação, não mais protestando contra os constrangimentos, mas pela via de sua superação concreta.”
(Clot, 2006, p.9)

3.10 Mais seleção

No oitavo dia de pesquisa, a proposta foi de diálogo com as equipes explicando as fotos, e foi bem interessante. Um participante, que quase sempre faltava, apareceu com duas fotos para analisar e mostrar para os outros:

“M: Eu entrei como revisor mas a gerência falou agora que vou ser negociador. Mas o negociador não negocia nada, só avisa o corte. Eu entrego o aviso e reaviso de corte nas casas. Só mudou o nome para negociador, mas continua a mesma coisa, a

mesma função. Quando a pessoa não está em casa, eu deixo a carta de corte na caixa de correio. Quando não tem caixa de correio eu coloco no medidor, presa. Tem coisa que eu não faço, tem carta que não entrego, não dá tempo e eu tenho que sair cedo para meu curso. Eles colocam o serviço muito misturado, lugares distantes em um só dia. Eu já pedi para eles concentrarem lugares próximos em um único dia de trabalho, pra mim fica mais fácil. A minha rota é muito difícil. Isso faz a minha produção cair e eu perco tempo de trabalho, eles só sabem reclamar. Quero fazer logo meu curso de eleticista pra sair disso, eu não quero ficar no corte não, eu quero ir para Ligação Nova.”



Foto 13: *“J: Essa foto foi tirada em um curso que fizemos em Magé há alguns dias. Foi um curso importante e que gostei muito. A empresa podia dar mais cursos. Tirei foto na hora do treinamento.”*

Aqui, podemos verificar que o reconhecimento do trabalho e o treinamento oferecido pela empresa gerou uma satisfação dos trabalhadores.

Esse reconhecimento é indispensável para o desenvolvimento do ofício, uma vez que entendemos que reconhecer-se no que se faz é estar seguro tanto de utilidade social como de sua qualidade.

Quando o gênero profissional é negligenciado, os trabalhadores deixam de se reconhecer naquilo que fazem. Então, a atividade é desestabilizada e é nesse ponto que tem origem um reconhecimento sem base de sustentação. Precisamos entender que para o profissional se reconhecer no trabalho é necessário dispor de alguns meios para a ação não apenas pessoais como também provenientes do coletivo de trabalho, pois são esses que dão suporte para a ação assim como para os erros cometidos, os impasses. Sem esse coletivo, o trabalhador adocece.



Foto 14: *“M: Nesse dia eu estava na rua com minha dupla, fui fazer um serviço no relógio, e esta cobra estava bem perto da caixa do relógio de uma casa. É o perigo que passamos na rua e em Maricá.”*

As fotos e suas análises trazem ao debate a complexidade do trabalho. Os animais silvestres são encontrados muitas vezes no percurso, gerando polêmica. Neste momento, alguns eletricitistas também contaram histórias de animais que encontraram no dia-a-dia de trabalho e quanto isso incomodava todos.

3.11 Análise das fotos escolhidas por todas as equipes

No cronograma da pesquisa, este dia foi proposto para a análise das fotos produzidas pelas duplas. Todo o grupo, os 12 eletricitistas compareceram no horário proposto para analisar as fotos em conjunto e propor melhorias no coletivo. Nesse encontro, também propomos que eles escolhessem as fotos que irão para o mural, que será confeccionado por todos em outro dia.

Algumas falas reverberam o que e porquê gostariam de colocar as fotos escolhidas no mural:

“G: Vai ser bom colocar o mural para toda a empresa ver, porque as outras equipes também vão ver a dificuldade que temos, e vão comparar os serviços deles com os nosso.”

Foi um momento de discussão coletiva do trabalho deles.

3.12 Elaboração e confecção do mural

Neste dia, foi o último encontro com o grupo. O objetivo proposto era confeccionar um mural com as fotos escolhidas e analisadas, para ser exposto para todas as áreas da empresa. Todos chegaram no horário acordado, com bastante disposição e comentando sobre as fotos e sobre onde eles gostariam que ficasse o mural. Deixamos o tempo e o espaço livres para a colagem das fotos e escrita das frases. Foi disponibilizada uma gama de material, como as fotos reveladas, caneta colorida, giz de cera, revistas, jornais, etc. Durante a confecção do mural, a equipe demonstrou um engajamento e interação, fazendo algumas brincadeiras ao mesmo tempo que colavam frases e fotos, fazendo um jogo de palavras interessantes. Finalizamos este momento analisando como foram os três meses de pesquisa, de reuniões, de fotos tiradas, de análise.





Os debates demonstram que com todas as dificuldades, sofrimentos, lamentos, esses trabalhadores ainda conseguem criar estratégias, articulações, alianças e produzirem prazer em seu trabalho. Os debates puderam dar visibilidade aos diversos desvios criativos que tem sido produzidos em sua atividade. Durante as oficinas outros

novos também puderam ser inventados em conjunto. Suas ferramentas, seus recursos, o gênero profissional, continuam a ser recriados em meio a todas as dificuldades colocadas em seu ambiente de trabalho. Essas experiências nos inspiraram durante nossa trajetória nesta pesquisa, na produção de análises do próprio trabalho.

De alguma maneira há intervenção. E há produção de conhecimento. Sendo a atividade de trabalho um processo de desenvolvimento, pode-se acompanhar suas transformações, seus deslocamentos, elaborações e re-elaborações, fazendo com que os diferentes diálogos se entrecruzem.

CONCLUSÃO

Se a vida das pessoas atualmente se centraliza no trabalho e são organizadas a partir dele, é importante questionarmos então qual percurso a Psicologia do Trabalho vai perseguir, frente as demandas deste trabalhador contemporâneo.

Convocar a capacidade inventiva dos trabalhadores, seja pelo método de autoconfrontação cruzada ou pela Oficina de Fotos é convocá-los de modo direto à produção de sentidos que ultrapassam o prescrito.

Nos lançamos pelas proposições da Clínica da Atividade e pelas contribuições de Vygotski se justifica por apostarmos que esse caminho seja o mais coerente com nossos objetivos de construir dispositivos que possibilitem dar visibilidade à vida, à um novo modo de gerir o trabalho, de senti-lo, de desenvolvê-lo. E não há tarefa mais gratificante que essa, para um psicólogo do trabalho. Por meio desta prática esperamos lançar mão de uma nova Psicologia do Trabalho, tornando os trabalhadores protagonistas de seu desenvolvimento, fazendo com que sua potência faça viver, faça ressignificar o trabalho, emergindo aí desvios e novas estratégias inventivas, (re) criando movimentos, revitalizando a atividade, ampliando o poder de agir e, certamente, promovendo a saúde nos ambientes de trabalho. A atividade clínica em Psicologia do Trabalho é demandada de diversas formas. Esse é então o gênero de atividade profissional que cabe a nós desenvolver (Osorio, 2010).

Eis aí nosso principal desafio. A descoberta dos possíveis da atividade é o que nos move. A intervenção proposta busca mais do que conhecer, analisar ou denunciar as formas de dominação e sofrimento existentes no cotidiano destes trabalhadores, busca uma aliança com as possibilidades de criação e recriação das suas próprias relações com a atividade profissional. O psicólogo/pesquisador, como interlocutor, deve possibilitar que o trabalhador se surpreenda com aquilo que, por muito familiar, já passava

despercebido. E favorecer que os diferentes modos possíveis de enfrentamento do real da atividade sejam postos em debate, desenvolvendo o gênero profissional e ampliando suas possibilidades como instrumento para a ação de cada um (Osorio, 2007).

A Oficina de Fotos propõe uma situação coletiva que possa constituir como um instrumento para ação e desenvolvimento dos trabalhadores. A fotografia de situações de trabalho efetiva-se como um registro do trabalho e serve, sem dúvidas, de suporte para o estabelecimento de um diálogo endereçado ao pesquisador, aos colegas e ao próprio trabalho. Isso produz conhecimento e pode levar a soluções construídas coletivamente, mudando modos cotidianos de fazer, saber e ser.

Assim, destituímos o saber “especialista” que tudo explica e tudo sabe, para nos lançarmos em um espaço onde o trabalhador detém o saber da sua própria prática. Estamos à procura de escapes, reencontros, rupturas. E é isso que faz a metodologia da Clínica da Atividade tão apaixonante. Fazer do diálogo e do coletivo de trabalho a mola propulsora para o desenvolvimento do poder de agir. E esse desenvolvimento do poder de agir pode abrir uma crise nos modos habituais de pensar, viver, trabalhar. A partir de Espinosa, Clot afirma que a subjetividade não é uma disposição constitutiva do sujeito, mas refere-se ao poder de ser afetado. “O esforço para desenvolver o poder de agir é inseparável de um esforço para elevar, ao grau mais elevado, o poder de ser afetado” (Espinosa, apud Clot, 2010, p.31).

Desde que iniciei este trabalho, escolhi correr riscos, afirmando a potencialidade das incertezas e do imprevisível. Então, apesar das dificuldades, apostava na construção do trabalho deste grupo de profissionais. Foi neste ritmo de entusiasmo misturado com entrega que pude realizar uma pesquisa com os eletricitistas acerca de seu trabalho, o que nos permitiu construir novos sentidos também para nossa prática como

analistas/pesquisadores do trabalho, nos lançando neste encontro, tomando novas direções a cada caminho que se fazia possível.

A ampliação do poder de agir desses trabalhadores ficou evidenciada no enriquecimento do número de ações possíveis por meio de uma renovação do gênero profissional e também nas modificações conquistadas na relação desses profissionais com a dimensão impessoal do trabalho, isto é, nas condições de trabalho, prescrições, definições de tarefas.

Vale ressaltar que a direção dessa investigação em análise do trabalho vai além do conhecimento da organização e das precariedades referentes ao trabalho com energia elétrica no Brasil. A pesquisa constituiu-se em um instrumento de mobilização subjetiva desses trabalhadores em torno das diversas situações de trabalho fotografadas por eles próprios, fazendo uso deste dispositivo como uma forma de auxílio a nos possibilitar analisar a atividade, buscando com isto reorganizá-la, em conjunto e pelos próprios trabalhadores. Para isso a análise do trabalho só se mostra possível como um espaço de encontros, de diálogos, de compartilhar experiências, em que conhecer e fazer se produzam ao mesmo tempo, evitando reduzir o trabalho vivo a padrões abstratos de conhecimento e de apreensão de uma realidade já dada.

Assim, a Clínica da Atividade propôs um desvio criativo, que fez da pesquisa, intervenção. Abertos ao encontro, construímos relações intercessoras, de interferência mútua, criando possíveis, nos deixando afetar e sermos afetados. Uma Psicologia do Trabalho que produz intervenção e cria novos territórios existenciais. Uma linha de trabalho em que a compreensão da relação entre trabalho e subjetividade é centrada na atividade como fonte permanente de recriação de novas formas de viver, em que as possibilidades de vida, de uma relação inventiva com o trabalho, é o desafio que se impõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2005.
- APPAY, B. *La dictature du succès. Le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation*. Paris, L'Harmattan, 2005.
- ARANHA, A.V.S. & CUNHA, D. M. *Modernidade e qualidade na CEMIG sob a lógica dos trabalhadores*. In: F. P. A. Lima. & J .E. Normand. *Qualidade da produção, produção dos homens. I Seminário Interinstitucional Trabalho, tecnologia & organização.* Belo Horizonte, MG: Autor, 1996.
- BAKHTIN, M. *Adendo: Os gêneros do discurso*. Em *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 261-306, 2006.
- BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BARRETO, J. R. F. *Modelo de apoio à gestão do relacionamento entre as concessionárias de distribuição de energia elétrica e as empresas fornecedoras de serviços*. 2005. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BARROS, M. E. B. de & FONSECA, T. M. G. *Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar*. *Revista Psico*, v. 35, n. 2, pp. 133-140, jul/dez, 2004.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- BIHR, A. Du “grand soir” à “l’alternative”: le mouvement ouvrier européen en crise. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.
- BORGES, M.E.S. O RH está nu: tramas e urdiduras por uma gestão coletiva do trabalho. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.
- BUONFIGLIO, M .C. Reestruturação produtiva e seus efeitos no mundo do trabalho. Trabalho apresentado no VII Encontro Norte - Nordeste de Ciências Sociais. UFPb, Paraíba, 1995.
- CABRAL, J.R. A urbe iluminada: eletricidade e modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. *Arquitextos Vitruvius – Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Campinas, v.37, 2003. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.037/679>
- CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1966].
- CARVALHO, J.F & LOPES, J.L. Desmonte privatista. *Jornal do Brasil*, extraído da Internet, no Website: <http://www.ilumina.org.br> (1998, 21 de agosto).
- CARVALHO, J.M. Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras, 2ª edição, 1987.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CLOT, Y. *Clínica do trabalho e clínica da atividade*. In: BENDASSOLLI, Pedro & SOBOLL, Liz (org). *Clínicas do Trabalho – Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. Editora: ATLAS, 2010a.
- CLOT, Y. *A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da Clínica da Atividade*. Conferência apresentada no Brasil. UFF. 2007. In: *Fractal: Revista de*

psicologia, v. 22 – n. 1, p. 207-234, Jan/Abr. 2010. Tradução de Cláudia Osório e Neide Ruffeil.

_____. *Trabalho e poder de agir*. Editora: Fabrefactum. 2010.

_____. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006 a.

_____. *L'auto-confrontation croisée en analyse du travail: l'apport de la théorie bakhtinienne du dialogue*. Em: sous la Direction de L. Filliettaz et J. P. Bronckart, *L'analyse des actions et des discours en situation de travail*, 2005.

- CODI, 1984 – Iluminação Pública, Procedimentos Comerciais, Recomendações – Relatório SCSC.30.02 de 28/11/1984, Comitê de Distribuição (CODI). Abradee, Rio de Janeiro – 27p.

- CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO, nº 5.950 de 13/04/2011.

- DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

- Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego. *Manual Setor elétrico e telefonia*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

- DIEESE. *Relações e condições de trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2008.

_____. *Os trabalhadores frente à terceirização*. São Paulo, 1993. (Pesquisa DIEESE,7)

_____. *Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004*. São Paulo: DIEESE, 2006. (Estudos e Pesquisas, 28)

- DUARTE, F. G. M. *A atividade dos operadores nas Indústrias de processo contínuo*, In: *A análise ergonômica do trabalho e a determinação de efetivos: estudo da modernização tecnológica de uma refinaria de petróleo no Brasil*. Tese Mestrado. Sc., Programa de Engenharia de Produção, COPPE/ UFRJ. Cap. III, p.p. 25-36, 1994.

- DUARTE, N. Vygotski e o “Aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós – modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2000.
- EL FAR, A. Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOMES, A. C. S.; ABARCA, C. D. G.; FARIA, E. A. S. T.; FERNANDES, H. H. de O. BNDES 50 anos – Histórias Setoriais: Setor elétrico. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. (Publicações BNDES).
- GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: Dossiê Globalização. Estudos Avançados 11(29), 1997.
- GUATTARI, F & ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do Desejo. 7 ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HANSEN, C.R.S.O. Eletricidade no Brasil na Primeira República: A CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923). Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação de História na Universidade Federal Fluminense, 2012.
- IANNI, O. A Era do Globalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Larousse Cultural Editora Globo. Impresso na Argentina, 1992.
- Jornal “O Eletricitário”, STIEEN (Sindicato dos Ekeetricitários de Niterói). Ano 3, nº 17. Disponível em <http://www.stieen.org.br/>
- LACAZ, F.A.C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. Revista Ciência e saúde coletiva, vol. 5, nº 1, RJ, 2000.
- LEITE, A.D. A energia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

- LITIM, M. Les histoires du travail: un instrument du développement du métier et de l'activité professionnelle. Une analyse de l'activité soignante en gerontology. Tese de Doutorado, Ecole Doctorale ETE – Laboratoire de Psychologie du Travail, CNAM, Paris, 2006.
- LHUILLIER, Dominique. *Anotações a partir das aulas do curso ministrado pela referida professora*. 2011.
- LOURAU, R. Análise institucional e práticas de pesquisa. In: RODRIGUES, H.B.C. (Org.). **René Lourau na UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MACIEL, J.A.C. Terceirização na atividade-fim. Empresas de telecomunicações e outras concessionárias do serviço público: novos projetos de lei e inovações de liminar concedida ao STF. Revista TST, Brasília, vol. 74, nº 4, out/dez 2008.
- MAIA, M. A. B. O corpo invisível do trabalho: cartografia dos processos de trabalho em saúde. Dissertação de Mestrado em Psicologia – UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Niterói, 2006.
- MALAGUTI, G.A. Regulação do setor elétrico brasileiro: da formação da indústria de energia elétrica aos dias atuais. Textos para discussão UFF/ECONOMIA, dez.2009.
- MARX, Karl & Engels, Friedrich. O manifesto comunista. Editora Paz e Terra, 1998.
- MENEZES, W.C. A punção saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. Revista do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.10, p. 66 mai/ago 2006. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Wagner.pdf
- MONTEIRO, M. S. Gestão Participativa no Trabalho e Saúde: um Estudo de Caso. Dissertação de mestrado. Departamento de Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo. 125 pp, 1995.

- MORITZ, R. Metodologia de cálculo e análise de revisão extraordinária das tarifas de energia elétrica: um enfoque no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão das distribuidoras. 2001. 185f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MUNIZ, Hélder. Gestão de Tempo de Permanência do Paciente de Neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- MUNIZ, Hélder; ATHAYDE, Milton; NEVES, Mary. A atividade dos operários da construção civil face ao acidente de trabalho. In; ARAÚJO, A.; ALBERTO, M.; Neves, M.; ATHAYDE, M. (orgs.). *Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 2372004.
- NOGUEIRA, V.A. Reestruturação do Setor Elétrico: um estudo qualitativo das condições de trabalho e saúde dos eletricitários frente a privatização da CERJ. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.
- OSÓRIO DA SILVA, C. Vida de hospital: a produção de uma metodologia para o desenvolvimento da saúde do profissional de saúde. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, 2002.
- _____. A fotografia como uma marca do trabalho: um método que convoca o protagonismo do trabalhador na invenção de mundos. In *Imagens no Pesquisar: Experimentações*. Orgs Andréia Vieira Zanella e Jaqueline Tittoni. Porto Alegre, Dom Quixote Editora, 2011.

_____. Oficina de fotos: uma atividade para re-inventar a atividade de trabalho. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

_____. Experimentando a fotografia como ferramenta de análise da atividade de trabalho. Revista Informática e Educação: teoria e prática, vol. 13, nº 1, jan./jun, pp 41-49, 2010.

_____. Trabalho e perspectivas clínicas. In: Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 11., 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

- RAMMINGER, Tatiana: *Entre a normatividade e a normalidade: contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde*. In *Mnemosine* V. 4, nº 2, p. 68-97. Artigos. (2008).

- SATO, Leny. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 217-225.

_____ . Trabalho: Sofrer? Construir-se? Resistir? *Psicologia em Revista (Online)*, v. 15, p. 189-199, 2009.

_____ . Subjetividade, saúde mental e LER, pp. 61-80. In RC Ruiz (org.). *Um mundo sem LER é possível*. UITA (União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação), Montevideo, 2003.

- SCHWARTZ, Y. “C’est compliqué”. *Activité symbolique et activité industrielle*. *Education Permanente*, vol. 116, p. 119-131, 1993.

- SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

- SENNETT, R. A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- SILVA, A.M. O fantástico em João do Rio: um diálogo entre as literaturas brasileira e anglo-saxônica. Revista eletrônica do Instituto de Humanidades (UFG), volume VIII, nº XXIX, 2009.

_____. O admirável mundo novo da República Velha: o nascimento da ficção científica brasileira no começo do séc. XX. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós – graduação de Letras e Literaturas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Junho de 2008.

- SILVA, L.L.F. Iluminação Pública no Brasil: aspectos energéticos e institucionais. Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

- SOUZA, L. L. C; DÁVILA, G. A; DONADEL, A. C. Evolução da terceirização estratégica diante da gestão por processos. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 11, 2008, São Paulo. Anais Eletrônicos, São Paulo: SIMPOI.

- STIEEN. (1992). Dossiê sobre a situação da CERJ e dos funcionários da Empresa. Niterói - R.J.: Autor.

_____. (1993). Relatório da Auditoria do DNAEE realizada na CERJ. Niterói - R. J.

_____. (1992). O papel social da CERJ e consequências da privatização Niterói - R.J.

_____. (1992). Situação atual da CERJ – Diagnóstico. Niterói – RJ.

_____. (1997). Os efeitos sociais da globalização. Set/out 1997, nº 12. Niterói – RJ.

- TEDESCO, S.H. A Clínica da Atividade e o dialogismo Bakhtiniano: por uma psicologia do estilo. Capítulo de livro no prelo, organizado por Elizabeth Barros, UFES, 2012.
- TOLMASQUIM, M. T., & PIRES, José C. L. (1996). Reformas Institucionais e Forças de Mercado: lições da indústria de eletricidade européia. *Revista Brasileira de Energia*, 5(1)7-23.
- TURAZZI, M.I. A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e organização do trabalho na virada do século XIX e início do XX. Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Marco Zero, 1989.
- VENTURINI, E. A cidade dos outros. *Fractal: Revista de Psicologia UFF*. Vol 21, nº 2, p. 203-222. Maio/ agosto 2009.
- VIGOTSKI, Lev. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- _____. O significado histórico da crise da psicologia. Em *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 203-417, 1996.
- _____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VIEIRA, Marcos. *Autoconfrontação e análise da atividade*. In: Alvarez, Denise et al (orgs). *Labirintos do Trabalho*. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2004.
- WISNER, A. Por dentro do trabalho: Ergonomia, métodos e técnicas. SP: FTDE/Oboré. (p. 35; p.p. 129-135), 1987.
- ZANELLA, A. V. Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal, Editora Univali, 1ª edição, 2007.

